

est
26.11.86
Ap.

Tota
588



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CÂMARA DOS DEPUTADOS
(DO SENADO FEDERAL)

ASSUNTO: Associação de Poupança e Empréstimo de Pernambuco - APEPE PROTOCOLO N.º _____

Autoriza a admissão, pela Caixa Econômica Federal, dos empregados da Associação de Poupança e Empréstimo de Alagoas - APEAL, Associação de Poupança e Empréstimo do Rio Grande do Norte - APERN e Caixa Forte - APE, do Piauí, e transformadas em Sociedade de Crédito Imobiliário pelo Banco Central, e dá outras providências.

DESPACHO: JUSTIÇA = TRABALHO = FINANÇAS

A COM. DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA em 24 de SETEMBRO de 19 86

DISTRIBUIÇÃO

- Ao Sr. Deputado Wilson F. Lima, em 19 ____
- O Presidente da Comissão de Justiça
- Ao Sr. _____, em 19 ____
- O Presidente da Comissão de _____
- Ao Sr. _____, em 19 ____
- O Presidente da Comissão de _____
- Ao Sr. _____, em 19 ____
- O Presidente da Comissão de _____
- Ao Sr. _____, em 19 ____
- O Presidente da Comissão de _____
- Ao Sr. _____, em 19 ____
- O Presidente da Comissão de _____
- Ao Sr. _____, em 19 ____
- O Presidente da Comissão de _____
- Ao Sr. _____, em 19 ____
- O Presidente da Comissão de _____

PROJETO N.º 8.291 DE 1986

SINOPSE

Projeto n.º _____ de _____ de _____ de 19 _____

Ementa: _____

Autor: _____

Discussão única _____

Discussão inicial _____

Discussão final _____

Redação final _____

Remessa ao Senado _____

Emendas do Senado aprovadas em _____ de _____ de 19 _____

Sancionado em _____ de _____ de 19 _____

Promulgado em _____ de _____ de 19 _____

Vetado em _____ de _____ de 19 _____

Publicado no "Diário Oficial" de _____ de _____ de 19 _____



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 8.291, de 1986

(DO SENADO FEDERAL)

Autoriza a admissão, pela Caixa Econômica Federal, dos empregados da Associação de Poupança e Empréstimo de Alagoas - APEAL, Associação de Poupança e Empréstimo de Pernambuco - APEPE, Associação de Poupança e Empréstimo do Rio Grande do Norte - APERN e Caixa Forte - APE, do Piauí, e transforma--das em Sociedade de Crédito Imobiliário pelo Banco Central, e dá outras providências.

(AS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, DE TRABALHO E DE FINANÇAS).

*As Comissões de Constituição e Justiça,
Trabalho e Finanças. Em,
Amf*



Autoriza a admissão, pela Caixa Econômica Federal, dos empregados da Associação de Poupança e Empréstimo de Alagoas - APEAL, Associação de Poupança e Empréstimo de Pernambuco - APEPE, Associação de Poupança e Empréstimo do Rio Grande do Norte - APERN e Caixa Forte - APE, do Piauí, e transformadas em Sociedade de Crédito Imobiliário pelo Banco Central, e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º - Os empregados da Associação de Poupança e Empréstimo de Alagoas - APEAL, Associação de Poupança e Empréstimo de Pernambuco - APEPE, Associação de Poupança e Empréstimo do Rio Grande do Norte - APERN e Caixa Forte - APE, do Piauí, transformadas em Sociedade de Crédito Imobiliário pelo Banco Central, que se encontravam em efetivo exercício de seus empregos, poderão ser admitidos pela Caixa Econômica Federal, em caráter excepcional, sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

§ 1º - As admissões a que se refere este artigo deverão atender às normas para admissão e provimento de cargos estabelecidas pelo regulamento de pessoal da Caixa Econômica Federal, não se lhes aplicando o disposto no "caput" do art. 5º do Decreto-lei nº 759, de 12 de agosto de 1969.

§ 2º - A Caixa Econômica Federal - CEF não será responsável pelo pagamento de salários, gratificações, férias e quaisquer outras vantagens, ou indenizações de qualquer natureza, que sejam devidos pelas referidas empresas.

§ 3º - O tempo de serviço anterior à admissão na Caixa Econômica Federal - CEF será computado unicamente para fins de aposentadoria, nos termos da legislação específica.

Art. 2º - Para atender às admissões a que se refere o artigo anterior, a Caixa Econômica Federal constituirá o Quadro de Pessoal Su-



2.

plementar Especial, devidamente estruturado em cargos, carreiras e respectivos níveis salariais, de acordo com os anexos I e II desta Lei.

Art. 3º - Para efetivação do ato de admissão autorizado por esta Lei, nas condições do art. 1º, os empregados ingressarão nos níveis iniciais dos cargos de Auxiliar de Escritório e de Auxiliar de Serviços Gerais, das tabelas salariais que constituem os anexos I e II, integrantes do Quadro de Pessoal Suplementar Especial, instituído na forma do artigo anterior e deverão, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias:

I - apresentar comprovação de rescisão de contrato de trabalho com as empresas referidas no art. 1º, devidamente homologado;

II - apresentar comprovação de quitação com o serviço militar;

III - comprovar o implemento da idade de 18 (dezoito) anos e a não-integração das condições para obtenção de aposentadoria previdenciária.

Parágrafo único - Para atendimento do disposto neste artigo, fica autorizado o acréscimo, no Quadro de Pessoal Permanente da Caixa Econômica Federal - CEF, do número de vagas equivalentes ao total dos enquadramentos deferidos.

Art. 4º - Os empregados admitidos na forma desta Lei terão direito aos benefícios e vantagens da Caixa Econômica Federal - CEF, exceto os vedados pelo Decreto nº 89.253, de 28 de dezembro de 1983, para os admitidos após essa data.

Art. 5º - Os empregados admitidos no Quadro de Pessoal Suplementar Especial, de que trata o art. 2º, por decisão da Caixa Econômica Federal - CEF, poderão ser enquadrados no Quadro de Pessoal Permanente, mediante processo seletivo interno, na forma e condições que forem definidas em Resolução da Diretoria.

Art. 6º - Os empregados que forem admitidos pela Caixa Econômica Federal - CEF, nos termos desta Lei, terão sua filiação assegurada na Fundação dos Ecomomiários Federais - FUNCEF, desde que atendidas as condições estabelecidas em Regulamento Especial de Plano de Benefícios, a ser elaborado por aquela entidade fechada de previdência privada, e aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência e Assistência Social, na forma da Lei nº 6.435, de 15 de julho de 1977.

§ 1º - O Regulamento Especial de Plano de Benefícios a ser



3.

elaborado pela Fundação dos Economiários Federais - FUNCEF fixará, além das condições básicas a que se refere o art. 31, inciso IV, do Decreto nº 81.240, de 20 de janeiro de 1978, as formas e condições dos respectivos benefícios de suplementação a serem concedidos.

§ 2º - A constituição de Reservas Atuariais, para fins de cobertura de tempo de serviço anterior à data de admissão na Caixa Econômica Federal - CEF, será de responsabilidade de cada empregado, na forma a ser estabelecida no citado regulamento.


Art. 7º - Os empregados admitidos na forma do art. 1º desta Lei ficam sujeitos às normas legais e regulamentares que regem a política salarial aplicável à Caixa Econômica Federal - CEF.

Art. 8º - A jornada de trabalho dos empregados admitidos na forma do art. 1º desta Lei é a mesma estabelecida para os economiários em geral.

Art. 9º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10 - Revogam-se as disposições em contrário.

SENADO FEDERAL, EM 23 DE SETEMBRO DE 1986


SENADOR JOSÉ FRAGELLI
PRESIDENTE

MGS.



ANEXO I

LEI Nº , DE DE 1986

TABELA SALARIAL

AUXILIAR DE ESCRITÓRIO

N Í V E L	S A L Á R I O (CZ\$)	
	8 horas	6 horas
AE190	2.739,00	2.055,00
AE200	2.825,00	2.119,00
AE20A	2.913,00	2.185,00
AE20B	3.004,00	2.253,00
AE20C	3.097,00	2.323,00
AE20D	3.149,00	2.362,00
AE250	3.201,00	2.401,00
AE25A	3.254,00	2.441,00
AE25B	3.308,00	2.481,00
AE25C	3.363,00	2.523,00
AE25D	3.419,00	2.565,00
AE300	3.476,00	2.607,00
AE30A	3.533,00	2.650,00
AE30B	3.592,00	2.694,00
AE30C	3.651,00	2.739,00
AE30D	3.712,00	2.784,00
AE350	3.774,00	2.831,00
AE35A	3.836,00	2.877,00
AE35B	3.900,00	2.925,00
AE35C	3.964,00	2.973,00
AE35D	4.030,00	3.023,00

TABELA VÁLIDA ATÉ 31 DE AGOSTO DE 1986.



ANEXO II

LEI Nº , DE DE 1986

TABELA SALARIAL

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

N Í V E L	S A L Á R I O (CZ\$)	
	8 horas	6 horas
AH020	1.746,00	1.310,00
AH02A	1.780,00	1.335,00
AH02B	1.815,00	1.362,00
AH02C	1.850,00	1.388,00
AH02D	1.886,00	1.415,00
AH070	1.923,00	1.443,00
AH07A	1.961,00	1.471,00
AH07B	2.000,00	1.500,00
AH07C	2.039,00	1.530,00
AH07D	2.079,00	1.560,00
AH120	2.119,00	1.590,00
AH12A	2.161,00	1.621,00
AH12B	2.203,00	1.653,00
AH12C	2.247,00	1.686,00
AH12D	2.291,00	1.719,00
AH170	2.336,00	1.752,00
AH17A	2.381,00	1.786,00
AH17B	2.428,00	1.821,00
AH17C	2.476,00	1.857,00
AH17D	2.524,00	1.893,00
AH180	2.574,00	1.931,00

TABELA VÁLIDA ATÉ 31 DE AGOSTO DE 1986.



CÂMARA I

LEGISLAÇÃO CITADA

Consolidação das Leis do Trabalho

DECRETO-LEI N.º 5.452 — DE 1 DE MAIO 1943 (1)

Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art 1.º Fica aprovada a Consolidação das Leis do Trabalho, que a este decreto-lei acompanha, com as alterações por ela introduzidas na legislação vigente.

Parágrafo único. Continuam em vigor as disposições legais transitórias em de emergência, bem como as que não tenham aplicação em todo o território nacional.

Art 2.º O presente decreto-lei entrará em vigor em 10 de novembro de 1943.

Rio de Janeiro, 1 de maio de 1943; 122.ª da Independência e 53.ª da República.

LEI Nº 6.435 — DE 15 DE JULHO DE 1977
Dispõe sobre as entidades de previdência privada, e dá outras providências.

Decreto nº 81.240, de 20 de janeiro de 1978

Regulamenta as disposições da
Lei nº 6.435, de 15 de julho
de 1977, relativas às entidades
fechadas de previdência
privada.

Art. 31 - Na elaboração dos planos de benefícios custeados pelas empresas e respectivos empregados, serão observados os seguintes princípios:

I - o auxílio-doença somado ao pago pela previdência social não excederá a média das remunerações percebidas pelos participantes nos 12 (doze) últimos meses;

II - não haverá restrição para os benefícios de invalidez e velhice, respeitados os limites estabelecidos em lei;

III - os pecúlios e auxílios pagos de uma só vez poderão ser constantes ou proporcionais à remuneração, considerada esta como a média das remunerações percebidas nos 12 (doze) últimos meses;

IV - na aposentadoria por tempo de serviço, prevalecerá a idade mínima de 55 (cinquenta e cinco) anos completos e uma remuneração não superior a 3 (três) vezes o teto estabelecido para as contribuições à previdência social, ressalvados a situação dos participantes que ingressaram nos planos antes de 1º de janeiro de 1978 e o disposto no item V;

V - para a aposentadoria especial a idade mínima será de 53 (cinquenta e três), 51 (cinquenta e um) ou 49 (quarenta e nove) anos, conforme o tempo de serviço exigido pela previdência social, de 25 (vinte e cinco), 20 (vinte) ou 15 (quinze) anos;

VI - a contribuição do participante dos planos de benefícios deverá obedecer às seguintes limitações percentuais, de acordo com os salários de contribuição à previdência social:



CÂMARA DOS DEPUTADOS



a) para remuneração inferior à metade do teto de contribuição: máximo de 3% (três por cento);

b) para a parte da remuneração compreendida entre a metade do teto de contribuição e o próprio teto: máximo de 5% (cinco por cento);

c) para a parte da remuneração excedente do teto: mínimo de 7% (sete por cento);

VII - a saída voluntária e antecipada do participante do plano de benefícios instituído, exceto no caso de cessação do contrato de trabalho, implicará a perda dos benefícios para os quais não foram completadas as contribuições necessárias;

VIII - na hipótese da cessação do contrato de trabalho, o plano de benefícios deverá prever o valor de resgate correspondente, em função da idade e do tempo de contribuição, sendo facultada a manutenção dos pagamentos, acrescidos da parte da empresa, para a continuidade da participação ou a redução dos benefícios em função dos pagamentos efetuados até a data daquela cessação.

§ 1º - Os benefícios permitidos pela legislação e não enquadrados nos itens IV e V serão custeados exclusivamente pelos participantes, na forma que for estabelecida nos respectivos planos.

§ 2º - No caso do item VII, o participante terá direito à restituição parcial das contribuições vertidas, com correção monetária, de acordo com as normas estabelecidas no próprio plano, não inferior a 50% (cinquenta por cento) do montante apurado.

DECRETO-LEI Nº 759 — DE 12 DE
AGOSTO DE 1969

Autoriza o Poder Executivo a constituir a empresa pública Caixa Econômica Federal e dá outras providências.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o

§ 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a constituir a Caixa Econômica Federal — CEF, instituição financeira sob a forma de empresa pública, dotada de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio e autonomia administrativa.



CÂMARA DOS DEPUTADOS



tiva, vinculada ao Ministério da Fazenda.

Parágrafo único. A CEF terá sede e foro na Capital da República e jurisdição em todo o território nacional.

Art. 2º A CEF terá por finalidade:

a) receber em depósito sob a garantia da União, economias populares, incentivando os hábitos de poupança;

b) conceder empréstimos e financiamentos de natureza assistencial, cooperando com as entidades de direito público e privado na solução dos problemas sociais e econômicos;

c) operar no setor habitacional, como sociedade de crédito imobiliário e principal agente do Banco Nacional de Habitação, com o objetivo de facilitar e promover a aquisição de casa própria, especialmente pelas classes de menor renda da população;

d) explorar, com exclusividade, os serviços da Loteria Federal do Brasil e da Loteria Esportiva Federal nos termos da legislação pertinente;

e) exercer o monopólio das operações sobre penhores civis, com caráter permanente e de continuidade;

f) prestar serviços que se adaptem à sua estrutura de natureza financeira, delegados pelo Governo Federal ou por convênio com outras entidades ou empresas.

Parágrafo único. A CEF poderá observar as condições estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional, realizar quaisquer outras operações no mercado de capital, restrita a subscrição para revenda e a distribuição no mercado de títulos ou valores mobiliários aos papéis emitidos por pessoas jurídicas de direito público, empresas públicas e sociedades de economia mista.

Art. 3º O capital inicial da CEF pertencerá integralmente à União e será constituído pelo total do patrimônio líquido do Conselho Superior das Caixas Econômicas Federais e de todas as Caixas Econômicas Federais ora existentes, devidamente avaliados e cujo montante se estabelecerá através de ato do Ministro da Fazenda.

Art. 4º O patrimônio da CEF será constituído pelo acervo de todas as Caixas Econômicas Federais e do Conselho Superior, incluídos em tal acervo os haveres, direitos, obrigações e ações, bens móveis e imóveis, documentos e papéis de seu arquivo que lhe serão automaticamente incorporados.

(Art. 5º O pessoal da CEF será obrigatoriamente admitido mediante concurso público de provas ou de provas e títulos.

§ 1º O regime legal do pessoal da CEF será o da Consolidação das Leis Trabalhistas.

§ 2º Poderão eventualmente ser requisitados pela CEF servidores dos quadros do serviço público federal, das autarquias federais ou das empresas públicas e sociedades de economia mista, exclusivamente para o exercício de funções técnicas mediante o ressarcimento, pela CEF, aos órgãos de origem ou entidades de origem, dos proventos globais a que fizerem jus os servidores requisitados.

Art. 6º Como instituição integrante do Sistema Financeiro Nacional, a CEF estará sujeita às normas gerais, às decisões e à disciplina normativa estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional e à fiscalização do Banco Central do Brasil.

Art. 7º Os recursos das Agências Estaduais da CEF serão aplicados obrigatoriamente nas respectivas jurisdições, de forma proporcional aos depósitos ali captados e aos resultados da venda de bilhetes de loteria no Estado.

Parágrafo único. Tendo em vista a instalação de novas Agências ou Filiais e o desenvolvimento dos negócios da empresa, poderão ser feitas aplicações, até o limite de 10% (dez por cento) das aplicações totais da CEF, em áreas diversas da origem dos depósitos.

Art. 8º Os diretores da CEF, respeitados os princípios da legislação em vigor, serão solidariamente responsáveis pelos prejuízos ou danos causados pelo não cumprimento das obrigações ou deveres impostos pela lei ou regulamentos que lhes definem os encargos e atribuições.

Art. 9º Os estatutos da CEF, expedidos pelo Ministro da Fazenda e aprovados por Decreto do Presidente da República, estabelecerão a constituição, atribuições e funcionamento dos órgãos que compõem sua estrutura básica.

Parágrafo único. Tanto na elaboração dos estatutos, quanto na implantação da estrutura geral e normas de funcionamento da CEF, serão observados, entre outros, os seguintes princípios fundamentais:

I — programação e coordenação das atividades em todos os níveis administrativos;

II — desconcentração da autoridade executiva, objetivando encurtar os



CÂMARA DOS DEPUTADOS



canais processuais e assegurar rapidez à solução das operações;

III — descentralização e desburocratização dos serviços e operações, eliminando-se as tramitações desnecessárias e os controles superfluos;

IV — economia dos gastos administrativos, reduzindo-se as despesas de pessoal ao estritamente necessário;

V — simplificação das estruturas, evitando-se o excesso de chefias e níveis hierárquicos;

VI — incentivo ao aumento de produtividade de seus serviços.

Art. 10. Os resultados da exploração da Loteria Federal e da Loteria Esportiva Federal que couberem à CEF como executora desses serviços públicos serão destinados ao fortalecimento do patrimônio da empresa vedada sua aplicação no custeio de despesas correntes.

§ 1º A CEF terá direito a uma comissão de venda a título de remuneração fixa pelos serviços de distribuição nacional dos bilhetes de loteria, cujo saldo líquido será anualmente levado à conta do Fundo de Reserva, para futuro aproveitamento em aumentos de capital.

§ 2º A CEF contabilizará em separado todos as operações relativas à exploração dos serviços da Loteria Federal e da Loteria Esportiva Federal, não podendo os resultados financeiros decorrentes dessa exploração inclusive os referidos no parágrafo anterior, ser considerados sob forma alguma para o cálculo de gratificações e de quaisquer vantagens devidas a empregados ou administradores.

§ 3º O limite máximo para as despesas efetivas de custeio e manutenção dos serviços lotéricos e para a comissão de venda referida no § 1º assim como as normas sobre a contabilização da renda líquida decorrente da exploração dos mesmos serviços serão estabelecidos em regulamento.

Art. 11. Fica vedado às instituições financeiras em geral e a quaisquer outras empresas, ressalvadas as Caixas Econômicas Estaduais já em funcionamento, o uso da denominação "Caixa Econômica".

Art. 12. As atuais Caixas Econômicas Estaduais não poderão realizar operações vedadas à CEF.

Art. 13. Considerar-se-ão extintos em 31 de dezembro de 1970 o Conselho Superior das Caixas Econômicas Federais e as Caixas Econômicas Federais dos Estados e no Distrito Federal.

Art. 14. Os atuais servidores do Conselho Superior e das Caixas Econômicas Federais serão aproveitados como empregados da CEF, de preferência nas respectivas jurisdições, em conformidade com o que for estabelecido pelo Poder Executivo.

Parágrafo único. Os dispositivos do artigo 461 do Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, não prevalecerão para efeito de equiparação entre os novos empregados da CEF e os antigos servidores dos órgãos públicos indicados neste artigo.

Art. 15. O Poder Executivo poderá baixar os atos que se fizerem necessários a assegurar a continuidade administrativa do Conselho Superior e dos Conselhos Administrativos das Caixas Econômicas Federais, em fase de extinção bem como antecipar a extinção prevista no artigo 13.

Art. 16. Os depósitos judiciais em dinheiro relativos a processos de competência dos juizes federais serão obrigatoriamente feitos na CEF, ficando sujeitos à correção monetária a contar do segundo trimestre civil posterior à data do depósito, ressalvadas as disposições legais que fixem momento anterior para essa correção.

Art. 17. Fica constituído a partir da data deste Decreto-lei o Fundo de Instalação da CEF, que será administrado e aplicado de acordo com instruções baixadas pelo Ministro da Fazenda.

§ 1º O Fundo a que se refere este artigo receberá, entre outras contribuições, depósitos correspondentes à percentagem que vier a ser fixada em regulamento sobre o preço do plano de cada bilhete de loteria vendido pelas Agências das Caixas Econômicas Federais nos Estados e no Distrito Federal.

§ 2º Os recursos do Fundo criado por este artigo serão aplicados na aquisição ou construção de prédio destinado aos serviços centrais da CEF, bem como para pagamento de

serviços e materiais indispensáveis à criação e instalação da empresa.

Art. 18. Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 12 de agosto de 1969;
148ª da Independência e 81ª da República.

A. COSTA E SILVA
Antônio Delfim Netto
Hélio Beltrão



S I N O P S E

Projeto de Lei do Senado nº 208, de 1986

Autoriza a admissão, pela Caixa Econômica Federal, dos empregados da Associação de Poupança e empréstimo de Alagoas - APEAL, Associação de Poupança e Empréstimo de Pernambuco - APEPE, Associação de Poupança e Empréstimo do Rio " Grande do Norte - APERN e Caixa Forte - APE, do Piauí, e transformadas em Sociedade de Crédito Imobiliário pelo Banco Central, e dá outras providências.

Apresentado pelo Senhor Senador Nivaldo Machado.

Lido no expediente da Sessão de 17/09/86 e publicado no DCN (Seção II) de 18/09/86.

Distribuído às Comissões de Constituição e Justiça de Economia e de Finanças.

Em 18/09/86, é lido e aprovado, nesta data, o RQS. Nº 476/86, subscrito pelo Senhor Senador Nivaldo Machado e outros Líderes, de urgência para a matéria. Passando-se à sua apreciação são emitidos pelos Senhores Senadores Octávio Cardoso, os pareceres das CCJ e CE e pelo Senador José Urbano é proferido o parecer da CF, todos favoráveis. Aprovado em 1 e 2º turno, à CR. Lido o Parecer nº 994/86, da Comissão de Redação, relatado pelo Senhor Senador Jorge Kalume, oferecendo a redação final. Aprovada a redação final.

À Câmara dos Deputados com o Ofício SM-Nº. 618, de 23.09.86

CÂMARA DOS DEPUTADOS

23 SET 11 16 014842

COORDENAÇÃO DE COMUNICAÇÕES
PROTÓTIPO GERAL

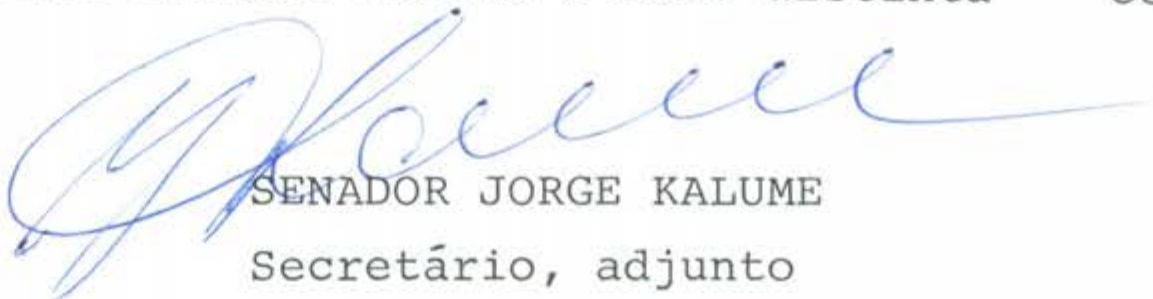
SM Nº 618

Em 23 de setembro de 1986

Senhor Primeiro Secretário,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à revisão da Câmara dos Deputados, nos termos do art. 58, da Constituição Federal, o Projeto de Lei do Senado nº 208, de 1986, constante dos autógrafos juntos, que "autoriza a admissão, pela Caixa Econômica Federal, dos empregados da Associação de Poupança e Empréstimo de Alagoas - APEAL, Associação de Poupança e Empréstimo de Pernambuco - APEPE, Associação de Poupança e Empréstimo do Rio Grande do Norte - APERN e Caixa Forte - APE, do Piauí, e transformadas em Sociedade de Crédito Imobiliário pelo Banco Central, e dá outras providências".

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos de minha elevada estima e mais distinta consideração.


SENADOR JORGE KALUME
Secretário, adjunto

A Sua Excelência o Senhor Deputado HAROLDO SANFORD
DD. Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados
JV/.



SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 208, de 1986

Autoriza a admissão, pela Caixa Econômica Federal, dos empregados da Associação de Poupança e Empréstimo de Alagoas - APEAL, Associação de Poupança e Empréstimo de Pernambuco - APEPE, Associação de Poupança e Empréstimo do Rio Grande do Norte - APERN e Caixa Forte - APE, do Piauí, e transformadas em Sociedade de Crédito Imobiliário pelo Banco Central, e dá outras providências.

(Do Sr. NIVALDO MACHADO E OUTROS SENADORES)

O CONGRESSO NACIONAL, decreta:

Art. 1º - Os empregados da Associação de Poupança e Empréstimo de Alagoas - APEAL, Associação de Poupança e Empréstimo de Pernambuco - APEPE, Associação de Poupança e Empréstimo do Rio Grande do Norte - APERN e Caixa Forte - APE, do Piauí, transformadas em Sociedade de Crédito Imobiliário pelo Banco Central, que se encontravam em efetivo exercício de seus empregos, poderão ser admitidos pela Caixa Econômica Federal, em caráter excepcional, sob o regime de Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

§ 1º - As demissões a que se refere este artigo de verão atender às normas para admissão e provimento de cargos estabelecidas pelo regulamento de pessoal da Caixa Econômica Federal, não se lhes aplicando o disposto no caput do art. 5º do Decreto-lei nº 759, de 12 de agosto de 1969.



§ 2º - A Caixa Econômica Federal não será responsável pelo pagamento de salários, gratificações, férias e quaisquer outras vantagens, ou indenizações de qualquer natureza que sejam devidos pelas referidas empresas.

§ 3º - O tempo de serviço anterior à admissão na Caixa Econômica Federal será computado unicamente para fins de aposentadoria, nos termos da legislação específica.

Art. 2º - Para atender às admissões a que se refere o artigo anterior, a Caixa Econômica Federal constituirá o Quadro de Pessoal Suplementar Especial devidamente estruturado em cargos, carreiras e respectivos níveis salariais, de acordo com os anexos I e II desta Lei.

Art. 3º - Para efetivação do ato de admissão autorizado por esta Lei, nas condições do artigo 1º, os empregados, ingressarão nos níveis iniciais dos cargos de Auxiliar de Escritório e de Auxiliar de Serviços Gerais, das tabelas salariais que constituem os anexos I e II, integrantes do Quadro de Pessoal Suplementar Especial, instituído na forma do art. anterior e deverão, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias:

I - apresentar comprovação de rescisão de contrato de trabalho com as empresas referidas no artigo 1º devidamente homologado;

II - apresentar comprovação de quitação com o serviço militar;

III - comprovar o implemento da idade de 18 (dezoito) anos e a não-integração das condições para obtenção de aposentadoria previdenciária.

Parágrafo único - Para atendimento do disposto neste artigo, fica autorizado o acréscimo no Quadro de Pessoal Permanente da Caixa Econômica Federal - CEF do número de vagas equivalentes ao total dos enquadramentos deferidos.

Art. 4º - Os empregados admitidos na forma desta Lei terão direito aos benefícios e vantagens da Caixa Econômica Federal - CEF, exceto os vedados pelo Decreto 89.253, de 28 de dezembro de 1983, para os admitidos após essa data.

Art. 5º - Os empregados admitidos no Quadro de Pessoal Suplementar Especial, de que trata o artigo 2º, por decisão da Caixa Econômica Federal - CEF, poderão ser enquadrados no Quadro de Pessoal Permanente, mediante processo seletivo interno, na forma e condições que forem definidas em Resolução da Diretoria.

Art. 6º - Os empregados que forem admitidos pela Caixa Econômica Federal - CEF, nos termos desta Lei, terão sua filiação assegurada na Fundação dos Economistas Federais - FUNCEF,



desde que atendidas as condições estabelecidas em Regulamento Especial de Plano de Benefícios a ser elaborado por aquela entidade fechada de previdência privada e aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência e Assistência Social, na forma da Lei nº 6.435, de 15 de julho de 1977.

§ 1º - O Regulamento Especial de Plano de Benefícios a ser elaborado pela Fundação dos Economiários Federais - FUNCEF fixará, além das condições básicas a que se refere o artigo 31, inciso IV, do Decreto 81.240, de 20 de janeiro de 1978, as formas e condições dos respectivos benefícios de suplementação a serem concedidos.

§ 2º - A constituição de Reservas Aturiais, para fins de cobertura de tempo de serviço anterior à data de admissão na Caixa Econômica Federal - CEF, será de responsabilidade de cada empregado, na forma a ser estabelecida no citado regulamento.

Art. 7º - Os empregados admitidos na forma do artigo 1º desta Lei ficam sujeitos às normas legais e regulamentares que regem a política salarial aplicável à Caixa Econômica Federal.

Art. 8º - A jornada de trabalho dos empregados admitidos na forma do artigo 1º desta Lei é a mesma estabelecida para os economiários em geral.

Art. 9º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10º - Revogam-se as disposições em contrário.

J U S T I F I C A Ç ã O

Visa o presente Projeto sanar a grande injustiça que foram vítimas os empregados das Associações de Poupança e Empréstimos, cujas contas a Caixa Econômica Federal absorveu, os quais, em virtude dessa operação, estão desempregados, há mais de seis meses.

Projeto com essa finalidade, de autoria do Deputado Sérgio Moreira, aprovado pelo Congresso Nacional, foi vetado pelo Presidente da República, por inconstitucional.



Sabe-se, por outro lado, que o Governo revelou interesse em solucionar esse problema, que afeta a situação de quase 600 (seiscentas) famílias nordestinas, as quais, por isso, vêm passando as maiores dificuldades.

Nesta oportunidade, apresentamos a presente proposição à elevada consideração dos senhores membros desta Casa, na certeza de que à mesma, pelo seu alto sentido social, humano e de justiça, não faltará com seu esclarecido apoio.

Convém esclarecer que tal procedimento me foi sugerido pelas partes, por atender aos seus legítimos interesses, - tendo em vista a necessidade da sua rápida tramitação -, aos quais o Poder Público não pode ficar indiferente.

Sala das Sessões, em 17 de setembro de 1986

Nivaldo Machado
Senador NIVALDO MACHADO

NIVALDO MACHADO

AMIR CAUDENCO

MARCELO MIRANDA

MARILIO BADAIO

JOSEFAVIO CARDOSO

ELSON CAMPBINO

RAULO BORGES

CARLOS ALBERTO

MARTINS FIL

JAMIL PEREIRA

IVAN COELHO

GESSE

AFONSO

SILVANO

SOLTE



Decreto nº 81.240, de 20 de janeiro de 1978

Regulamenta as disposições da Lei nº 6.435, de 15 de julho de 1977, relativas às entidades fechadas de previdência privada.

Art. 31 - Na elaboração dos planos de benefícios custeados pelas empresas e respectivos empregados, se rão observados os seguintes princípios:

I - o auxílio-doença somado ao pago pela previdência social não excederá a média das remunerações percebidas pelos participantes nos 12 (doze) últimos meses;

II - não haverá restrição para os benefícios de invalidez e velhice, respeitados os limites estabelecidos em lei;

III - os pecúlios e auxílios pagos de uma só vez poderão ser constantes ou proporcionais à remuneração, considerada esta como a média das remunerações percebidas nos 12 (doze) últimos meses;

IV - na aposentadoria por tempo de serviço, prevalecerá a idade mínima de 55 (cinquenta e cinco) anos completos e uma remuneração não superior a 3 (três) vezes o teto estabelecido para as contribuições à previdência social, ressalvados a situação dos participantes que ingressaram nos planos antes de 1º de janeiro de 1978 e o disposto no item V;

V - para a aposentadoria especial a idade mínima será de 53 (cinquenta e três), 51 (cinquenta e um) ou 49 (quarenta e nove) anos, conforme o tempo de serviço exigido pela previdência social, de 25 (vinte e cinco), 20 (vinte) ou 15 (quinze) anos;

VI - a contribuição do participante dos planos de benefícios deverá obedecer às seguintes limitações percentuais, de acordo com os salários de contribuição à previdência social:



a) para remuneração inferior à metade do teto de contribuição: máximo de 3% (três por cento);

b) para a parte da remuneração compreendida entre a metade do teto de contribuição e o próprio teto: máximo de 5% (cinco por cento);

c) para a parte da remuneração excedente do teto: mínimo de 7% (sete por cento);

VII - a saída voluntária e antecipada do participante do plano de benefícios instituído, exceto no caso de cessação do contrato de trabalho, implicará a perda dos benefícios para os quais não foram completadas as contribuições necessárias;

VIII - na hipótese da cessação do contrato de trabalho, o plano de benefícios deverá prever o valor de resgate correspondente, em função da idade e do tempo de contribuição, sendo facultada a manutenção dos pagamentos, acrescidos da parte da empresa, para a continuidade da participação ou a redução dos benefícios em função dos pagamentos efetuados até a data daquela cessação.

§ 1º - Os benefícios permitidos pela legislação e não enquadrados nos itens IV e V serão custeados exclusivamente pelos participantes, na forma que for estabelecida nos respectivos planos.

§ 2º - No caso do item VII, o participante terá direito à restituição parcial das contribuições vertidas, com correção monetária, de acordo com as normas estabelecidas no próprio plano, não inferior a 50% (cinquenta por cento) do montante apurado.

DECRETO-LEI Nº 759 — DE 12 DE
AGOSTO DE 1969

Autoriza o Poder Executivo a constituir a empresa pública Caixa Econômica Federal e dá outras providências.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o

§ 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a constituir a Caixa Econômica Federal — CEF, instituição financeira sob a forma de empresa pública, dotada de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio e autonomia administrativa.



tiva, vinculada ao Ministério da Fazenda.

Parágrafo único. A CEF terá sede e foro na Capital da República e jurisdição em todo o território nacional.

Art. 2º A CEF terá por finalidade:

a) receber em depósito sob a garantia da União, economias populares, incentivando os hábitos de poupança;

b) conceder empréstimos e financiamentos de natureza assistencial, cooperando com as entidades de direito público e privado na solução dos problemas sociais e econômicos;

c) operar no setor habitacional, como sociedade de crédito imobiliário e principal agente do Banco Nacional de Habitação, com o objetivo de facilitar e promover a aquisição de casa própria, especialmente pelas classes de menor renda da população;

d) explorar, com exclusividade, os serviços da Loteria Federal do Brasil e da Loteria Esportiva Federal nos termos da legislação pertinente;

e) exercer o monopólio das operações sobre penhores civis, com caráter permanente e de continuidade;

f) prestar serviços que se adaptem à sua estrutura de natureza financeira, delegados pelo Governo Federal ou por convênio com outras entidades ou empresas.

Parágrafo único. A CEF poderá, observadas as condições estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional, realizar quaisquer outras operações no mercado de capital, restrita a subscrição para revenda e a distribuição no mercado de títulos ou valores mobiliários aos papéis emitidos por pessoas jurídicas de direito público, empresas públicas e sociedades de economia mista.

Art. 3º O capital inicial da CEF pertencerá integralmente à União e será constituído pelo total do patrimônio líquido do Conselho Superior das Caixas Econômicas Federais e de todas as Caixas Econômicas Federais ora existentes, devidamente avaliados e cujo montante se estabelecerá através de ato do Ministro da Fazenda.

Art. 4º O patrimônio da CEF será constituído pelo acervo de todas as Caixas Econômicas Federais e do seu Conselho Superior, incluídos em tal acervo os haveres, direitos, obrigações e ações, bens móveis e imóveis, documentos e papéis de seu arquivo que lhe serão automaticamente incorporados.

(Art. 5º O pessoal da CEF será obrigatoriamente admitido mediante concurso público de provas ou de provas e títulos.

§ 1º O regime legal do pessoal da CEF será o da Consolidação das Leis Trabalhistas.

§ 2º Poderão eventualmente ser requisitados pela CEF servidores dos quadros do serviço público federal, das autarquias federais ou das empresas públicas e sociedades de economia mista, exclusivamente para o exercício de funções técnicas mediante o ressarcimento, pela CEF aos órgãos de origem ou entidades de origem, dos proventos globais a que fizerem jus os servidores requisitados.

Art. 6º Como instituição integrante do Sistema Financeiro Nacional, a CEF estará sujeita às normas gerais, às decisões e à disciplina normativa estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional e à fiscalização do Banco Central do Brasil.

Art. 7º Os recursos das Agências Estaduais da CEF serão aplicados obrigatoriamente nas respectivas jurisdições, de forma proporcional aos depósitos ali captados e aos resultados da venda de bilhetes de loteria no Estado.

Parágrafo único. Tendo em vista a instalação de novas Agências ou Filiais e o desenvolvimento dos negócios da empresa, poderão ser feitas aplicações, até o limite de 10% (dez por cento) das aplicações totais da CEF, em áreas diversas da origem dos depósitos.

Art. 8º Os diretores da CEF, respeitados os princípios da legislação em vigor, serão solidariamente responsáveis pelos prejuízos ou danos causados pelo não cumprimento das obrigações ou deveres impostos pela lei ou regulamentos que lhes definem os encargos e atribuições.

Art. 9º Os estatutos da CEF, expedidos pelo Ministro da Fazenda e aprovados por Decreto do Presidente da República, estabelecerão a constituição, atribuições e funcionamento dos órgãos que compõem sua estrutura básica.

Parágrafo único. Tanto na elaboração dos estatutos, quanto na implantação da estrutura geral e normas de funcionamento da CEF, serão observados, entre outros, os seguintes princípios fundamentais:

I — programação e coordenação das atividades em todos os níveis administrativos;

II — desconcentração da autoridade executiva, objetivando encurtar os



canais processuais e assegurar rapidez à solução das operações;

III — descentralização e desburocratização dos serviços e operações, eliminando-se as tramitações desnecessárias e os controles superfluos;

IV — economia dos gastos administrativos, reduzindo-se as despesas de pessoal ao estritamente necessário;

V — simplificação das estruturas, evitando-se o excesso de chefias e níveis hierárquicos;

VI — incentivo ao aumento de produtividade de seus serviços.

Art. 10. Os resultados da exploração da Loteria Federal e da Loteria Esportiva Federal que couberem à CEF como executora desses serviços públicos serão destinados ao fortalecimento do patrimônio da empresa vedada sua aplicação no custeio de despesas correntes.

§ 1º A CEF terá direito a uma comissão de venda a título de remuneração fixa pelos serviços de distribuição nacional dos bilhetes de loteria, cujo saldo líquido será anualmente levado à conta do Fundo de Reserva, para futuro aproveitamento em aumentos de capital.

§ 2º A CEF contabilizará em separado todas as operações relativas à exploração dos serviços da Loteria Federal e da Loteria Esportiva Federal, não podendo os resultados financeiros decorrentes dessa exploração inclusive os referidos no parágrafo anterior, ser considerados sob forma alguma para o cálculo de gratificações e de quaisquer vantagens devidas a empregados ou administradores.

§ 3º O limite máximo para as despesas efetivas de custeio e manutenção dos serviços lotéricos e para a comissão de venda referida no § 1º assim como as normas sobre a contabilização da renda líquida decorrente da exploração dos mesmos serviços serão estabelecidos em regulamento.

Art. 11. Fica vedado às instituições financeiras em geral e a quaisquer outras empresas, ressalvadas as Caixas Econômicas Estaduais já em funcionamento, o uso da denominação "Caixa Econômica".

Art. 12. As atuais Caixas Econômicas Estaduais não poderão realizar operações vedadas à CEF.

Art. 13. Considerar-se-ão extintos em 31 de dezembro de 1970 o Conselho Superior das Caixas Econômicas Federais e as Caixas Econômicas Federais dos Estados e no Distrito Federal.

Art. 14. Os atuais servidores do Conselho Superior e das Caixas Econômicas Federais serão aproveitados como empregados da CEF, de preferência nas respectivas jurisdições, em conformidade com o que for estabelecido pelo Poder Executivo.

Parágrafo único. Os dispositivos do artigo 461 do Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, não prevalecerão para efeito de equiparação entre os novos empregados da CEF e os antigos servidores dos órgãos públicos indicados neste artigo.

Art. 15. O Poder Executivo poderá baixar os atos que se fizerem necessários a assegurar a continuidade administrativa do Conselho Superior e dos Conselhos Administrativos das Caixas Econômicas Federais, em fase de extinção bem como antecipar a extinção prevista no artigo 13.

Art. 16. Os depósitos judiciais em dinheiro relativos a processos de competência dos juizes federais serão obrigatoriamente feitos na CEF, ficando sujeitos à correção monetária a contar do segundo trimestre civil posterior à data do depósito, ressalvadas as disposições legais que fixem momento anterior para essa correção.

Art. 17. Fica constituído a partir da data deste Decreto-lei o Fundo de Instalação da CEF, que será administrado e aplicado de acordo com instruções baixadas pelo Ministro da Fazenda.

§ 1º O Fundo a que se refere este artigo receberá, entre outras contribuições, depósitos correspondentes à percentagem que vier a ser fixada em regulamento sobre o preço do plano de cada bilhete de loteria vendido pelas Agências das Caixas Econômicas Federais nos Estados e no Distrito Federal.

§ 2º Os recursos do Fundo criado por este artigo serão aplicados na aquisição ou construção de prédio destinado aos serviços centrais da CEF, bem como para pagamento de



serviços e materiais indispensáveis à criação e instalação da empresa.

Art. 18. Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 12 de agosto de 1969;
148ª da Independência e 81ª da República.

A. COSTA E SILVA
Antônio Delfim Netto
Hélio Beltrão

(*As Comissões de Constituição e Justiça, de Economia e de Finanças.*)

Publicado no DCN (Seção II), de 18-9-86

Lote: 62
PL N° 8291/1986

18

Caixa: 229



PARECER Nº

Da Comissão de Constituição e Justiça sobre o Projeto de Lei do Senado nº 208, de 1986, que "autoriza a admissão, pela Caixa Econômica Federal, dos empregados da Associação de Poupança e Empréstimo de Alagoas - APEAL, Associação de Poupança e Empréstimo de Pernambuco - APEPE; Associação de Poupança e Empréstimo do Rio Grande do Norte - APERN e Caixa Forte - APE, do Piauí, transformadas em Sociedade de Crédito Imobiliário pelo Banco Central, e dá outras providências".

Relator: *Senador Octávio Landeiro*

Cuida o eminente Senador Nivaldo Machado, com o presente Projeto, de autorizar a admissão, pela Caixa Econômica Federal, dos empregados da Associação de Poupança e Empréstimo de Alagoas - APEAL, Associação de Poupança e Empréstimo de Pernambuco - APEPE, Associação de Poupança e Empréstimo do Rio Grande do Norte - APERN e Caixa Forte - APE, do Piauí, transformadas em Sociedade de Crédito Imobiliário pelo Banco Central, dando outras providências.

Na sua esclarecedora, conquanto concisa Justificação, assim aduz o seu Autor:

"Visa o presente Projeto sanar a grande injustiça de que foram vítimas os empregados das Associações de Poupança e Empréstimos, cujas contas a Caixa Econômica Federal absorveu, os quais, em virtude dessa operação, estão desempregados, há mais de seis meses."



"Nesta oportunidade, apresentamos a presente Proposição à elevada consideração dos senhores membros desta Casa, na certeza de que à mesma, pelo seu alto sentido social, humano e de justiça, não faltará com seu esclarecido apoio."

Não obstante o exame do mérito esteja afeto, regimentalmente, às Comissões de Finanças e de Economia, vale dizer que a análise da Proposição, leva-nos à convicção de sua razoabilidade jurídica, tal como colocada no texto, pelo seu eminente Autor.

Cabe observar que, o "poderão" do art. 1º do Projeto tem nítido sentido permissivo, sem que se possa, no contexto, deduzir se traduziria por "dever".

Cabe salientar, entretanto, que a Caixa Econômica Federal, entidade de direito privado, pratica seus próprios atos de gestão, adequados à sua economia interna. Logo, é ela soberana para, se assim o desejar, admitir o pessoal objeto da iniciativa.

É, de conseguinte, de ser aprovado o Projeto, pelo seu relevante cunho social.

Sala das Comissões, em

, Presidente

, Relator



PARECER Nº

Da Comissão de Finanças sobre o Projeto de Lei do Senado nº 208, de 1986, que "autoriza a admissão, pela Caixa Econômica Federal, dos empregados da Associação de Poupança e Empréstimo de Alagoas - APEAL, Associação de Poupança e Empréstimo de Pernambuco - APEPE, Associação de Poupança e Empréstimo do Rio Grande do Norte - APERN e Caixa Forte - APE, do Piauí, transformadas em Sociedade de Crédito Imobiliário pelo Banco Central, e dá outras providências".

Relator: *Senador José Uliano*

O presente Projeto de Lei, de autoria do ilustre Senador Nivaldo Machado, visa a permitir que os empregados das instituições financeiras, mencionadas no "caput" do seu art. 1º, que se encontravam em efetivo exercício de seus empregos (em período não estabelecido na Proposição), sejam admitidos pela Caixa Econômica Federal, em caráter excepcional, sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho.

Esta é a medida principal proposta no presente Projeto, à qual se prendem diversas normas, algumas de cunho restritivo (mercê da excepcionalidade da medida fundamental), outras de caráter assecuratório de direitos, bantagens e benefícios isônomos aos já concedidos aos próprios funcionários da CEF, numa prévia adequação das futuras situações, tendentes à normalidade do seu quadro funcional.

Entre os benefícios de extra-isonomia, temos a



norma do § 1º do art. 1º, que dispensa os empregados absorvidos do concurso público de provas ou de provas e títulos, obrigatoriamente exigido pelo art. 5º, "caput", do Decreto-lei nº 759, de 12 de agosto de 1969, para a admissão do pessoal da CEF.

No mesmo sentido, o art. 4º do Projeto estabelece que os empregados admitidos terão direito aos benefícios e vantagens da CEF, exceto os vedados pelo Decreto nº 89.253, de 28 de dezembro de 1983, para os admitidos após essa data.

Examinando-se os objetivos da Proposição, verifica-se que inegavelmente apresentam grande conteúdo social e econômico, porquanto se pretende, como se salienta na Justificação, resolver a situação aflitiva de numerosos empregados das Associações de Poupança e Empréstimo que perderam seus empregos em decorrência da absorção das contas dessas entidades pela Caixa Econômica Federal.

Sabe-se, por outro lado, que essa situação que afeta 600 (seiscentas) famílias nordestinas, independeu inteiramente dos empregados das mencionadas Associações, pois, como tais, tornaram-se apenas vítimas de crises solucionadas apenas parcialmente pelo Governo.

Do ponto de vista financeiro, que cabe a esta Comissão examinar, não há dúvida de que a admissão alvitrada pelo Projeto acarretará ônus para a CEF, uma vez que seu quadro de pessoal será aumentado e, conseqüentemente, suas despesas também se elevarão justamente num momento em que ela vem anunciando medidas de restrição de seus dispêndios.

Todavia, é de se convir que o problema, pelo seu caráter eminentemente social, deve ser resolvido urgentemente, e a



solução ora proposta nos parece adequada e plausível, considerando-se inclusive o fato de que as atividades exercidas pelas Associações de Poupança e Empréstimo são assemelhadas àquelas exercidas pela CEF.

Ademais, cremos que a CEF, como empresa pública que é, e portanto, dotada de grande flexibilidade administrativa e financeira, poderá adotar medidas e criar mecanismos para o atendimento do presente Projeto, fazendo os ajustamentos necessários na sua administração de pessoal.

Por outro lado, caso não lhe seja possível arcar inteiramente com as despesas decorrentes da Proposição, haveria a possibilidade de ser-lhe consignada dotação no Orçamento da União para o fim de se atender a dispêndios advindos de situações como as de que trata o Projeto.

Em face do exposto, manifestamo-nos favoravelmente à aprovação da presente Proposição.

Sala das Comissões, em

, Presidente

, Relator



PARECER Nº

Da Comissão de Economia sobre o Projeto de Lei do Senado nº 208, de 1986, que "autoriza a admissão, pela Caixa Econômica Federal, dos empregados da Associação de Poupança e Empréstimo de Alagoas - APEAL, Associação de Poupança e Empréstimo de Pernambuco - APEPE, Associação de Poupança e Empréstimo do Rio Grande do Norte - APERN e Caixa Forte - APE, do Piauí, transformadas em Sociedade de Crédito Imobiliário pelo Banco Central, e dá outras providências".

Relator: OCTÁVIO CARDOSO

O Projeto de Lei do Senado nº 208, de 1986 autoriza a admissão dos empregados das Associações de Poupança e Empréstimo de Alagoas - APEAL, de Pernambuco - APEPE, do Rio Grande do Norte - APERN e da Caixa Forte - APE, do Piauí, pela Caixa Econômica Federal.

Para tanto, estabelece uma série de procedimentos a serem observados nesse processo de admissão de forma a compatibilizá-lo com as normas que regem a política de pessoal da Caixa Econômica Federal.

Visa, ainda, o Projeto de Lei em exame, proteger a Caixa Econômica Federal de possíveis ônus em sua estrutura passiva, na medida em que a isenta da responsabilidade pelo pagamento de salários, gratificações, férias e quaisquer outras vantagens ou indenizações de qualquer natureza que sejam devidas pelas empresas transformadas.



Fica claro, assim, que esta iniciativa objetiva, fundamentalmente, garantir a manutenção do emprego daquele contingente de mão-de-obra liberado em decorrência da transformação daquelas instituições em sociedades de crédito imobiliário.

Não se desconhece a necessidade de ajustamento das estruturas do mercado financeiro em geral, e da Caixa Econômica Federal em particular, a nova realidade gerada pela política de estabilização econômica expressa no que se denomina "Plano Cruzado".

Não menos significativas são as estatísticas que indicam a precariedade do emprego e da questão social no Nordeste. Segundo informações contidas no documento "Brasil 2.000", elaborado com vistas a subsidiar a política social da Nova República, a linha de pobreza no Nordeste atinge cerca de 77% de sua população economicamente ativa. Nesse contexto, têm-se: 25% da população economicamente ativa se encontra numa situação de miséria, cerca de 30% na situação de indigente e 23,4% na classe de baixa renda classificada como pobre.

Nestes termos, somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 208, de 1986.

Sala das Comissões, em

, Presidente

, Relator

COMISSÃO DE REDAÇÃO
PARECER Nº 994,
117, DE 1986



Redação final do Projeto
de Lei do Senado nº 208, de 1986.

Aprovado em 18/9/86
à Câmara do Senado
Alvor Coutinho

R E L A T O R: Senador JORGE KALUME

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Lei do Senado nº 208, de 1986, que autoriza a admissão, pela Caixa Econômica Federal, dos empregados da Associação de Poupança e Empréstimo de Alagoas - APEAL, Associação de Poupança e Empréstimo de Pernambuco - APEPE, Associação de Poupança e Empréstimo do Rio Grande do Norte - APERN e Caixa Forte - APE, do Piauí, e transformadas em Sociedade de Crédito Imobiliário pelo Banco Central, e dá outras providências.

Sala de Reuniões da comissão, 18 de setembro de 1986

NIVALDO MACHADO Nivaldo Machado, PRESIDENTE

JORGE KALUME


, RELATOR

ALVOR COUTINHO





Redação final do Projeto
de Lei do Senado nº 208, de 1986.

Autoriza a admissão, pela Caixa Econômica Federal, dos empregados da Associação de Poupança e empréstimo de Alagoas - APEAL, Associação de Poupança e Empréstimo de Pernambuco - APEPE, Associação de Poupança e Empréstimo do Rio Grande do Norte - APERN e Caixa Forte - APE, do Piauí, e transformadas em Sociedade de Crédito Imobiliário pelo Banco Central, e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º - Os empregados da Associação de Poupança e Empréstimo de Alagoas - APEAL, Associação de Poupança e Empréstimo de Pernambuco - APEPE, Associação de Poupança e Empréstimo do Rio Grande do Norte - APERN e Caixa Forte - APE, do Piauí, transformadas em Sociedade de Crédito Imobiliário pelo Banco Central, que se encontravam em efetivo exercício de seus empregos, poderão ser admitidos pela Caixa Econômica Federal, em caráter excepcional, sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

§ 1º - As admissões a que se refere este artigo deverão atender às normas para admissão e provimento de cargos estabelecidas pelo regulamento de pessoal da Caixa Econômica Federal, não se lhes aplicando o disposto no "caput" do art. 5º do Decreto-lei nº 759, de 12 de agosto de 1969.

§ 2º - A Caixa Econômica Federal - CEF não será responsável pelo pagamento de salários, gratificações, férias e quaisquer outras vantagens, ou indenizações de qualquer natureza, que sejam devidos pelas referidas empresas.

COORD. CA-2

§ 3º - O tempo de serviço anterior à admissão na Caixa Econômica Federal - CEF será computado unicamente para fins de aposentadoria, nos termos da legislação específica.

Art. 2º - Para atender às admissões a que se refere o artigo anterior, a Caixa Econômica Federal constituirá o Quadro de Pessoal Suplementar Especial, devidamente estruturado em cargos, carreiras e respectivos níveis salariais, de acordo com os anexos I e II desta Lei.

Art. 3º - Para efetivação do ato de admissão autorizado por esta Lei, nas condições do art. 1º, os empregados ingressarão nos níveis iniciais dos cargos de Auxiliar de Escritório e de Auxiliar de Serviços Gerais, das tabelas salariais que constituem os anexos I e II, integrantes do Quadro de Pessoal Suplementar Especial, instituído na forma do artigo anterior e deverão, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias:

I - apresentar comprovação de rescisão de contrato de trabalho com as empresas referidas no art. 1º, devidamente homologado;

II - apresentar comprovação de quitação com o serviço militar;

III - comprovar o implemento da idade de 18 (dezoito) anos e a não-integração das condições para obtenção de aposentadoria previdenciária.

Parágrafo único - Para atendimento do disposto neste artigo, fica autorizado o acréscimo, no Quadro de Pessoal Permanente da Caixa Econômica Federal - CEF, do número de vagas equivalentes ao total dos enquadramentos deferidos.

Art. 4º - Os empregados admitidos na forma desta Lei terão direito aos benefícios e vantagens da Caixa Econômica Federal - CEF, exceto os vedados pelo Decreto nº 89.253, de 28 de dezembro de 1983, para os admitidos após essa data.

Art. 5º - Os empregados admitidos no Quadro de Pessoal Suplementar Especial, de que trata o art. 2º, por decisão da Caixa Econômica Federal - CEF, poderão ser enquadrados no Quadro de Pessoal Permanente, mediante processo seletivo interno, na forma e condições que forem definidas em Resolução da Diretoria.



Art. 6º - Os empregados que forem admitidos pela Caixa Econômica Federal - CEF, nos termos desta Lei, terão sua filiação assegurada na Fundação dos Economiários Federais - FUNCEF, desde que atendidas as condições estabelecidas em Regulamento Especial de Plano de Benefícios, a ser elaborado por aquela entidade fechada de previdência privada, e aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência e Assistência Social, na forma da Lei nº 6 435, de 15 de julho de 1977.

§ 1º - O Regulamento Especial de Plano de Benefícios a ser elaborado pela Fundação dos Economiários Federais - FUNCEF fixará, além das condições básicas a que se refere o art. 31, inciso IV, do Decreto nº 81.240, de 20 de janeiro de 1978, as formas e condições dos respectivos benefícios de suplementação a serem concedidos.

§ 2º - A constituição de Reservas Atuariais, para fins de cobertura de tempo de serviço anterior à data de admissão na Caixa Econômica Federal - CEF, será de responsabilidade de cada empregado, na forma a ser estabelecida no citado regulamento.

Art. 7º - Os empregados admitidos na forma do art. 1º desta Lei ficam sujeitos às normas legais e regulamentares que regem a política salarial aplicável à Caixa Econômica Federal - CEF.

Art. 8º - A jornada de trabalho dos empregados admitidos na forma do art. 1º desta Lei é a mesma estabelecida para os economiários em geral.

Art. 9º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10 - Revogam-se as disposições em contrário.



TABELA SALARIAL

AUXILIAR DE ESCRITÓRIO

N Í V E L	S A L A R I O (CZ\$)	
	8 horas	6 horas
AE190	2.739,00	2.055,00
AE200	2.825,00	2.119,00
AE20A	2.913,00	2.185,00
AE20B	3.004,00	2.253,00
AE20C	3.097,00	2.323,00
AE20D	3.149,00	2.362,00
AE250	3.201,00	2.401,00
AE25A	3.254,00	2.441,00
AE25B	3.308,00	2.481,00
AE25C	3.363,00	2.523,00
AE25D	3.419,00	2.565,00
AE300	3.476,00	2.607,00
AE30A	3.533,00	2.650,00
AE30B	3.592,00	2.694,00
AE30C	3.651,00	2.739,00
AE30D	3.712,00	2.784,00
AE350	3.774,00	2.831,00
AE35A	3.836,00	2.877,00
AE35B	3.900,00	2.925,00
AE35C	3.964,00	2.973,00
AE35D	4.030,00	3.023,00

TABELA VÁLIDA ATÉ 31 DE AGOSTO DE 1986.

LEI Nº , DE DE 1986



TABELA SALARIAL

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

N Í V E L	S A L Á R I O (CZ\$)	
	8 horas	6 horas
AH020	1.746,00	1.310,00
AH02A	1.780,00	1.335,00
AH02B	1.815,00	1.362,00
AH02C	1.850,00	1.388,00
AH02D	1.886,00	1.415,00
AH070	1.923,00	1.443,00
AH07A	1.961,00	1.471,00
AH07B	2.000,00	1.500,00
AH07C	2.039,00	1.530,00
AH07D	2.079,00	1.560,00
AH120	2.119,00	1.590,00
AH12A	2.161,00	1.621,00
AH12B	2.203,00	1.653,00
AH12C	2.247,00	1.686,00
AH12D	2.291,00	1.719,00
AH170	2.336,00	1.752,00
AH17A	2.381,00	1.786,00
AH17B	2.428,00	1.821,00
AH17C	2.476,00	1.857,00
AH17D	2.524,00	1.893,00
AH180	2.574,00	1.931,00

TABELA VÁLIDA ATÉ 31 DE AGOSTO DE 1986.

REQUERIMENTO N.º 476, DE 1986.

Aprovado em 18/9/86
Aian Enríquez


Requeremos urgência, nos termos do art. 371, alínea " ", do Regimento Interno, para O PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 208, DE 1986.

Sala das Sessões, em

18 de setembro de 1986

NIVALDO MACHADO

ciudadelladado

JURGE KALUME

HELIO G. GUEIROS





Autoriza a admissão, pela Caixa Econômica Federal, dos empregados da Associação de Poupança e Empréstimo de Alagoas - APEAL, Associação de Poupança e Empréstimo de Pernambuco - APEPE, Associação de Poupança e Empréstimo do Rio Grande do Norte - APERN e Caixa Forte - APE, do Piauí, e transformadas em Sociedade de Crédito Imobiliário pelo Banco Central, e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º - Os empregados da Associação de Poupança e Empréstimo de Alagoas - APEAL, Associação de Poupança e Empréstimo de Pernambuco - APEPE, Associação de Poupança e Empréstimo do Rio Grande do Norte - APERN e Caixa Forte - APE, do Piauí, transformadas em Sociedade de Crédito Imobiliário pelo Banco Central, que se encontravam em efetivo exercício de seus empregos, poderão ser admitidos pela Caixa Econômica Federal, em caráter excepcional, sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

§ 1º - As admissões a que se refere este artigo deverão atender às normas para admissão e provimento de cargos estabelecidas pelo regulamento de pessoal da Caixa Econômica Federal, não se lhes aplicando o disposto no "caput" do art. 5º do Decreto-lei nº 759, de 12 de agosto de 1969.

§ 2º - A Caixa Econômica Federal - CEF não será responsável pelo pagamento de salários, gratificações, férias e quaisquer outras vantagens, ou indenizações de qualquer natureza, que sejam devidos pelas referidas empresas.

§ 3º - O tempo de serviço anterior à admissão na Caixa Econômica Federal - CEF será computado unicamente para fins de aposentadoria, nos termos da legislação específica.

Art. 2º - Para atender às admissões a que se refere o artigo anterior, a Caixa Econômica Federal constituirá o Quadro de Pessoal Su-



2.

plementar Especial, devidamente estruturado em cargos, carreiras e respectivos níveis salariais, de acordo com os anexos I e II desta Lei.

Art. 3º - Para efetivação do ato de admissão autorizado por esta Lei, nas condições do art. 1º, os empregados ingressarão nos níveis iniciais dos cargos de Auxiliar de Escritório e de Auxiliar de Serviços Gerais, das tabelas salariais que constituem os anexos I e II, integrantes do Quadro de Pessoal Suplementar Especial, instituído na forma do artigo anterior e deverão, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias:

I - apresentar comprovação de rescisão de contrato de trabalho com as empresas referidas no art. 1º, devidamente homologado;

II - apresentar comprovação de quitação com o serviço militar;

III - comprovar o implemento da idade de 18 (dezoito) anos e a não-integração das condições para obtenção de aposentadoria previdenciária.

Parágrafo único - Para atendimento do disposto neste artigo, fica autorizado o acréscimo, no Quadro de Pessoal Permanente da Caixa Econômica Federal - CEF, do número de vagas equivalentes ao total dos enquadramentos deferidos.

Art. 4º - Os empregados admitidos na forma desta Lei terão direito aos benefícios e vantagens da Caixa Econômica Federal - CEF, exceto os vedados pelo Decreto nº 89.253, de 28 de dezembro de 1983, para os admitidos após essa data.

Art. 5º - Os empregados admitidos no Quadro de Pessoal Suplementar Especial, de que trata o art. 2º, por decisão da Caixa Econômica Federal - CEF, poderão ser enquadrados no Quadro de Pessoal Permanente, mediante processo seletivo interno, na forma e condições que forem definidas em Resolução da Diretoria.

Art. 6º - Os empregados que forem admitidos pela Caixa Econômica Federal - CEF, nos termos desta Lei, terão sua filiação assegurada na Fundação dos Ecomomiários Federais - FUNCEF, desde que atendidas as condições estabelecidas em Regulamento Especial de Plano de Benefícios, a ser elaborado por aquela entidade fechada de previdência privada, e aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência e Assistência Social, na forma da Lei nº 6.435, de 15 de julho de 1977.

§ 1º - O Regulamento Especial de Plano de Benefícios a ser



3.

elaborado pela Fundação dos Economiários Federais - FUNCEF fixará, além das condições básicas a que se refere o art. 31, inciso IV, do Decreto nº 81.240, de 20 de janeiro de 1978, as formas e condições dos respectivos benefícios de suplementação a serem concedidos.

§ 2º - A constituição de Reservas Atuariais, para fins de cobertura de tempo de serviço anterior à data de admissão na Caixa Econômica Federal - CEF, será de responsabilidade de cada empregado, na forma a ser estabelecida no citado regulamento.


Art. 7º - Os empregados admitidos na forma do art. 1º desta Lei ficam sujeitos às normas legais e regulamentares que regem a política salarial aplicável à Caixa Econômica Federal - CEF.

Art. 8º - A jornada de trabalho dos empregados admitidos na forma do art. 1º desta Lei é a mesma estabelecida para os economiários em geral.

Art. 9º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10 - Revogam-se as disposições em contrário.

SENADO FEDERAL, EM 23 DE SETEMBRO DE 1986


SENADOR JOSÉ FRAGELLI
PRESIDENTE

MGS.



ANEXO I

LEI Nº , DE DE 1986

TABELA SALARIAL

AUXILIAR DE ESCRITÓRIO

N Í V E L	S A L Á R I O (CZ\$)	
	8 horas	6 horas
AE190	2.739,00	2.055,00
AE200	2.825,00	2.119,00
AE20A	2.913,00	2.185,00
AE20B	3.004,00	2.253,00
AE20C	3.097,00	2.323,00
AE20D	3.149,00	2.362,00
AE250	3.201,00	2.401,00
AE25A	3.254,00	2.441,00
AE25B	3.308,00	2.481,00
AE25C	3.363,00	2.523,00
AE25D	3.419,00	2.565,00
AE300	3.476,00	2.607,00
AE30A	3.533,00	2.650,00
AE30B	3.592,00	2.694,00
AE30C	3.651,00	2.739,00
AE30D	3.712,00	2.784,00
AE350	3.774,00	2.831,00
AE35A	3.836,00	2.877,00
AE35B	3.900,00	2.925,00
AE35C	3.964,00	2.973,00
AE35D	4.030,00	3.023,00

TABELA VÁLIDA ATÉ 31 DE AGOSTO DE 1986.

MTB.



ANEXO II

LEI Nº , DE DE 1986

TABELA SALARIAL

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

N Í V E L	S A L A R I O (CZ\$)	
	8 horas	6 horas
AH020	1.746,00	1.310,00
AH02A	1.780,00	1.335,00
AH02B	1.815,00	1.362,00
AH02C	1.850,00	1.388,00
AH02D	1.886,00	1.415,00
AH070	1.923,00	1.443,00
AH07A	1.961,00	1.471,00
AH07B	2.000,00	1.500,00
AH07C	2.039,00	1.530,00
AH07D	2.079,00	1.560,00
AH120	2.119,00	1.590,00
AH12A	2.161,00	1.621,00
AH12B	2.203,00	1.653,00
AH12C	2.247,00	1.686,00
AH12D	2.291,00	1.719,00
AH170	2.336,00	1.752,00
AH17A	2.381,00	1.786,00
AH17B	2.428,00	1.821,00
AH17C	2.476,00	1.857,00
AH17D	2.524,00	1.893,00
AH180	2.574,00	1.931,00

TABELA VÁLIDA ATÉ 31 DE AGOSTO DE 1986.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA



PROJETO DE LEI Nº 8.291, DE 1986

Autoriza a admissão, pela Caixa Econômi
ca Federal, dos empregados da Associação de Pou
pança e Empréstimo de Alagoas-APEAL, Associação
de Poupança e Empréstimo de Pernambuco-APEPE, As
sociação de Poupança e Empréstimo do Rio Grande
do Norte-APERN e Caixa Forte-APE, do Piauí, e trans
formadas em Sociedade de Crédito Imobiliário pe
lo Banco Central, e dá outras providências.

Autor: SENADO FEDERAL

Relator: Dep. NILSON GIBSON

RELATÓRIO

Vem ao turno constitucional de revisão, na feitura
das leis, previsto pelo art. 58 da Lei Maior, esta proposição
que autoriza a admissão, pela Caixa Econômica Federal, de empre
gados de Associações de Poupança e Empréstimo dos Estados de A
lagoas, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Piauí, que menciona,
que foram transformadas em Sociedades de Crédito Imobiliário pe
lo Banco Central.



Essas admissões deverão obedecer aos critérios fixados para admissão e provimentos de cargos pelo regulamento de pessoal da C.E.F. não sendo a entidade responsável pelo pagamento de salários, férias, gratificações e outros encargos que sejam devidos a título da relação empregatícia anterior.

São previstas, ainda, outras condições a serem observadas e que dizem respeito a direitos e vantagens.

É o relatório.

VOTO DO RELATOR

Trata-se de proposição meramente autorizativa e este Órgão Técnico, em inúmeras oportunidades, tem entendido ser válida a tramitação, nessas hipóteses, desde que, como é o caso, se trate de matéria da competência legislativa da União (art. 8º, item XVII, alínea "a", da Lei Maior) e da atribuição do Congresso (art. 43, caput, da Carta Magna).

Não há reparos quanto à técnica legislativa utilizada.



CÂMARA DOS DEPUTADOS



3.

DIANTE DO ACIMA EXPOSTO, voto pela constituciona-
lidade, juridicidade e boa técnica legislativa deste Projeto
de Lei nº 8.291, de 1986, oriundo do Senado Federal, e que au-
toriza a admissão, pela Caixa Econômica Federal, dos empregados
da Associação de Poupança e Empréstimo de Alagoas-APEAL, Asso-
ciação de Poupança e Empréstimo de Pernambuco-APEPE, Associa-
ção de Poupança e Empréstimo do Rio Grande do Norte- APERN, e
Caixa Forte- APE, do Piauí, e transformadas em Sociedade de Crê-
dito Imobiliário pelo Banco Central, e dá outras providências.

Sala da Comissão, em

26 / XI / 86

Deputado NILSON GIBSON
Relator



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA



PROJETO DE LEI Nº 8.291, DE 1986

PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição e Justiça, em reunião ordinária de sua Turma "B" realizada hoje, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei nº 8.291/86, nos termos do parecer do relator.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Theodoro Mendes - Presidente, Guido Moesch - Vice-Presidente, Egídio Ferreira Lima, Renato Vianna, João Augusto, Paulo Xavier, Gorgônio Neto, Hamilton Xavier, Rondon Pacheco, Roberto Jefferson, Francisco Amaral, Nilson Gibson, Pedro Colin e Nelson Morro.

Sala da Comissão, 26 de novembro de 1986


Deputado THEODORO MENDES

Presidente


Deputado NILSON GIBSON

Relator

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 8.291-A, DE 1986 (DO SENADO FEDERAL)



Autoriza a admissão, pela Caixa Econômica Federal, dos empregados da Associação de Poupança e Empréstimo de Alagoas - APEAL, Associação de Poupança e Empréstimo do Rio Grande do Norte - APERN e Caixa Forte - APE, do Piauí, e transformadas em Sociedade de Crédito Imobiliário pelo Banco Central, e dá outras providências; tendo parecer, da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa. Pendente de pareceres das Comissões de Trabalho e de Finanças.

(PROJETO DE LEI Nº 8.291, de 1986, a que se refere o parecer)



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N 8.291, de 1986

(Do Senado Federal)

Autoriza a admissão, pela Caixa Econômica Federal, dos empregados da Associação de Poupança e Empréstimo de Alagoas — APEAL, Associação de Poupança e Empréstimo de Pernambuco — APEPE, Associação de Poupança e Empréstimo do Rio Grande do Norte — APERN e Caixa Forte — APE, do Piauí, e transformadas em Sociedade de Crédito Imobiliário pelo Banco Central, e dá outras providências.

(As Comissões de Constituição e Justiça, de Trabalho e de Finanças.)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º Os empregados da Associação de Poupança e Empréstimo de Alagoas — APEAL, Associação de Poupança e Empréstimo de Pernambuco — APEPE, Associação de Poupança e Empréstimo do Rio Grande do Norte — APERN e Caixa Forte — APE, do Piauí, transformadas em Sociedade de Crédito Imobiliário pelo Banco Central, que se encontravam em efetivo exercício de seus empregos, poderão ser admitidos pela Caixa Econômica Federal, em caráter excepcional, sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei n.º 5.452, de 1.º de maio de 1943.

§ 1.º As admissões a que se refere este artigo deverão atender às normas para admissão e provimento de cargos estabeleci-

das pelo regulamento de pessoal da Caixa Econômica Federal, não se lhes aplicando o disposto no **caput** do art. 5.º do Decreto-lei n.º 759, de 12 de agosto de 1969.

§ 2.º A Caixa Econômica Federal — CEF, não será responsável pelo pagamento de salários, gratificações, férias e quaisquer outras vantagens, ou indenizações de qualquer natureza, que sejam devidos pelas referidas empresas.

§ 3.º O tempo de serviço anterior à admissão na Caixa Econômica Federal — CEF, será computado unicamente para fins de aposentadoria, nos termos da legislação específica.

Art. 2.º Para atender às admissões a que se refere o artigo anterior, a Caixa Econômica Federal constituirá o Quadro de Pessoal Suplementar Especial, devidamente estruturado em cargos, carreiras e respectivos níveis salariais, de acordo com os anexos I e II desta lei.

Art. 3.º Para efetivação do ato de admissão autorizado por esta lei, nas condições do art. 1.º, os empregados ingressarão nos níveis iniciais dos cargos de Auxiliar de Escritório e de Auxiliar de Serviços Gerais, das tabelas salariais que constituem os anexos I e II, integrantes do Quadro de Pessoal Suplementar Especial, instituído na forma do artigo anterior e deverão, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias:



I — apresentar comprovação de rescisão de contrato de trabalho com as empresas referidas no art. 1.º, devidamente homologado;

II — apresentar comprovação de quitação com o serviço militar;

III — comprovar o implemento da idade de 18 (dezoito) anos e não-integração das condições para obtenção de aposentadoria previdenciária.

Parágrafo único. Para atendimento do disposto neste artigo, fica autorizado o acréscimo, no Quadro de Pessoal Permanente da Caixa Econômica Federal — CEF, do número de vagas equivalentes ao total dos enquadramentos deferidos.

Art. 4.º Os empregados admitidos na forma desta lei terão direito aos benefícios e vantagens da Caixa Econômica Federal — CEF, exceto os vedados pelo Decreto n.º 89.253, de 28 de dezembro de 1983, para os admitidos após esta data.

Art. 5.º Os empregados admitidos no Quadro de Pessoal Suplementar Especial, de que trata o art. 2.º por decisão da Caixa Econômica Federal — CEF, poderão ser enquadrados no Quadro de Pessoal Permanente, mediante processo seletivo interno, na forma e condições que forem definidas em Resolução da Diretoria.

Art. 6.º Os empregados que forem admitidos pela Caixa Econômica Federal — CEF, nos termos desta lei, terão sua filiação assegurada na Fundação dos Economistas Federais — FUNCEF, desde que atendidas as condições estabelecidas em Regulamento Especial de Plano de Benefícios, a ser elaborado por aquela entidade fechada de previdência privada, e aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência e Assistência Social, na forma da Lei n.º 6.435, de 15 de julho de 1977.

§ 1.º O Regulamento Especial de Plano de Benefícios a ser elaborado pela Fundação dos Economistas Federais — FUNCEF fixará, além das condições básicas a que se refere o art. 31, inciso IV, do Decreto n.º 81.240, de 20 de janeiro de 1978, as formas e condições dos respectivos benefícios de suplementação a serem concedidos.

§ 2.º A constituição de Reservas Atuariais, para fins de cobertura de tempo de serviço anterior à data de admissão na Caixa Econômica Federal — CEF, será de responsabilidade de cada empregado, na forma a ser estabelecida no citado regulamento.

Art. 7.º Os empregados admitidos na forma do art. 1.º desta lei ficam sujeitos às normas legais e regulamentares que regem a política salarial aplicável à Caixa Econômica Federal — CEF.

Art. 8.º A jornada de trabalho dos empregados admitidos na forma do art. 1.º desta lei é a mesma estabelecida para os economistas em geral.

Art. 9.º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10. Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 23 de setembro de 1986.
— José Fragelli, Presidente.

ANEXO I

LEI N.º , DE

DE 1986

TABELA SALARIAL

Auxiliar de Escritório

Nível	Salário (Cz\$)	
	8 horas	6 horas
AE190	2.739,00	2.055,00
AE200	2.825,00	2.119,00
AE20A	2.913,00	2.185,00
AE20B	3.004,00	2.253,00
AE20C	3.097,00	2.323,00
AE20D	3.149,00	2.362,00
AE250	3.201,00	2.401,00
AE25A	3.254,00	2.441,00
AE25B	3.308,00	2.481,00
AE25C	3.363,00	2.523,00
AE25D	3.419,00	2.565,00
AE300	3.476,00	2.607,00
AE25A	3.533,00	2.650,00
AE30B	3.592,00	2.694,00
AE30D	3.651,00	2.739,00
AE30D	3.712,00	2.784,00
AE350	3.774,00	2.831,00
AE35A	3.836,00	2.877,00
AE35B	3.900,00	2.925,00
AE35C	3.964,00	2.973,00
AE35D	4.030,00	3.023,00

Tabela válida até 31 de agosto de 1986.



ANEXO II

LEI N.º , DE DE 1986

TABELA SALARIAL

Auxiliar de Serviços Gerais

Nível	Salário (Cz\$)	
	8 horas	6 horas
AH020	1.746,00	1.310,00
AH02A	1.780,00	1.335,00
AH02B	1.815,00	1.362,00
AH02C	1.850,00	1.388,00
AH02D	1.886,00	1.415,00
AH070	1.923,00	1.443,00
AH07A	1.961,00	1.471,00
AH07B	2.000,00	1.500,00
AH07C	2.039,00	1.530,00
AH07D	2.079,00	1.560,00
AH120	2.119,00	1.590,00
AH12A	2.161,00	1.621,00
AH12B	2.203,00	1.653,00
AH12C	2.247,00	1.686,00
AH12D	2.291,00	1.719,00
AH170	2.336,00	1.752,00
AH17A	2.381,00	1.786,00
AH17B	2.428,00	1.821,00
AH17C	2.476,00	1.857,00
AH17D	2.524,00	1.893,00
AH180	2.574,00	1.931,00

Tabela válida até 31 de agosto de 1986.

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO

DECRETO-LEI N.º 5.452
DE 1.º DE MAIO 1943 (1)

Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aprovada a Consolidação das Leis do Trabalho, que a este decreto-

lei acompanha, com as alterações por ela introduzidas na legislação vigente.

Parágrafo único. Continuam em vigor as disposições legais transitórias ou de emergência, bem como as que não tenham aplicação em todo o território nacional.

Art. 2.º O presente decreto-lei entrará em vigor em 10 de novembro de 1943.

Rio de Janeiro, 1.º de maio de 1943; 122.º da Independência e 55.º da República.

LEI N.º 6.435
DE 15 DE JULHO DE 1977

Dispõe sobre as entidades da previdência privada, e dá outras providências.

DECRETO N.º 81.240
DE 20 DE JANEIRO DE 1978

Regulamenta as disposições da Lei n.º 6.435, de 15 de julho de 1977, relativas às entidades fechadas de previdência privada.

Art. 31. Na elaboração dos planos de benefícios custeados pelas empresas e respectivos empregados, serão observados os seguintes princípios:

I — o auxílio-doença somado ao pago pela previdência social não excederá a média das remunerações percebidas pelos participantes nos 12 (doze) últimos meses;

II — não haverá restrição para os benefícios de invalidez e velhice, respeitados os limites estabelecidos em lei;

III — os pecúlios e auxílios pagos de uma só vez poderão ser constantes ou proporcionais à remuneração, considerada esta como a média das remunerações percebidas nos 12 (doze) últimos meses;

IV — na aposentadoria por tempo de serviço, prevalecerá a idade mínima de 55 (cinquenta e cinco) anos completos e uma remuneração não superior a 3 (três) vezes o teto estabelecido para as contribuições à previdência social, ressalvados a situação dos participantes que ingressaram nos planos antes de 1.º de janeiro de 1978 e o disposto no item V;

V — para a aposentadoria especial a idade mínima será de 53 (cinquenta e três),



51 (cinquenta e um) ou 49 (quarenta e nove) anos, conforme o tempo de serviço exigido pela previdência social, de 25 (vinte e cinco), 20 (vinte) ou 15 (quinze) anos;

VI — a contribuição do participante dos planos de benefícios deverá obedecer às seguintes limitações percentuais, de acordo com os salários de contribuição à previdência social:

a) para remuneração inferior à metade do teto de contribuição: máximo de 3% (três por cento);

b) para a parte da remuneração compreendida entre a metade do teto de contribuição e o próprio teto: máximo de 5% (cinco por cento);

c) para a parte da remuneração excedente do teto: mínimo de 7% (sete por cento);

VII — a saída voluntária e antecipada do participante do plano de benefícios instituído, exceto no caso de cessação do contrato de trabalho, implicará a perda dos benefícios para os quais não foram completadas as contribuições necessárias;

VIII — na hipótese da cessação do contrato de trabalho, o plano de benefícios deverá prever o valor de resgate correspondente, em função da idade e do tempo de contribuição, sendo facultada a manutenção dos pagamentos, acrescidos da parte da empresa, para a continuidade da participação ou a redução dos benefícios em função dos pagamentos efetuados até a data daquela cessação.

§ 1.º Os benefícios permitidos pela legislação e não enquadrados nos itens IV e V serão custeados exclusivamente pelos participantes, na forma que for estabelecida nos respectivos planos.

§ 2.º No caso do item VII, o participante terá direito à restituição parcial das contribuições vertidas, com correção monetária, de acordo com as normas estabelecidas no próprio plano, não inferior a 50% (cinquenta por cento) do montante apurado.

DECRETO-LEI Nº 759.
DE 12 DE AGOSTO DE 1969

Autoriza o Poder Executivo a constituir a empresa pública Caixa Econômica Federal e dá outras providências.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o § 1.º do artigo

2.º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1969, decreta:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a constituir a Caixa Econômica Federal — CEF, instituição financeira sob a forma de empresa pública, dotada de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio e autonomia administrativa, vinculada ao Ministério da Fazenda.

Parágrafo único. A CEF terá sede e foro na Capital da República com jurisdição em todo o território nacional.

Art. 2.º A CEF terá por finalidade:

a) receber em depósito sob a garantia da União, economias populares, incentivando os hábitos de poupança;

b) conceder empréstimos e financiamentos de natureza assistencial, cooperando com as entidades de direito público e privado na solução dos problemas sociais e econômicos;

c) operar no setor habitacional, como sociedade de crédito imobiliário e principal agente do Banco Nacional de Habitação, com o objetivo de facilitar e promover a aquisição de casa própria, especialmente pelas classes de menor renda da população;

d) explorar, com exclusividade, os serviços da Loteria Federal do Brasil e da Loteria Esportiva Federal nos termos da legislação pertinente;

e) exercer o monopólio das operações sobre penhores civis, com caráter permanente e de continuidade;

f) prestar serviços que se adaptem à sua estrutura de natureza financeira, delegados pelo Governo Federal ou por convênio com outras entidades ou empresas.

Parágrafo único. A CEF poderá, observadas as condições estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional, realizar quaisquer outras operações no mercado de capital, restrita a subscrição para revenda e a distribuição no mercado de títulos ou valores mobiliários aos papéis emitidos por pessoas jurídicas de direito público, empresas públicas e sociedades de economia mista.

Art. 3.º O capital inicial da CEF pertencerá integralmente à União e será constituído pelo total do patrimônio líquido do Conselho Superior das Caixas Econômicas



Federais e de todas as Caixas Econômicas Federais ora existentes, devidamente avaliados e cujo montante se estabelecerá através de ato do Ministro da Fazenda.

Art. 4.º O patrimônio da CEF será constituído pelo acervo de todas as Caixas Econômicas Federais e do seu Conselho Superior, incluídos em tal acervo os haveres, direitos, obrigações e ações, bens móveis e imóveis, documentos e papéis de seu arquivo que lhe serão automaticamente incorporados.

Art. 5.º O pessoal da CEF será obrigatoriamente admitido mediante concurso público de provas ou de provas e títulos.

§ 1.º O regime legal do pessoal da CEF será o da Consolidação das Leis Trabalhistas.

§ 2.º Poderão eventualmente ser requisitados pela CEF servidores dos quadros do serviço público federal, das autarquias federais, ou das empresas públicas e sociedade de economia mista, exclusivamente para o exercício de funções técnicas mediante o ressarcimento, pela CEF aos órgãos de origem ou entidades de origem, dos proventos globais a que fizerem jus os servidores requisitados.

Art. 6.º Como instituição integrante do Sistema Financeiro Nacional, a CEF estará sujeita às normas gerais, às decisões e à disciplina normativa estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional e à fiscalização do Banco Central do Brasil.

Art. 7.º Os recursos das Agências Estaduais da CEF serão aplicados obrigatoriamente nas respectivas jurisdições, de forma proporcional aos depósitos ali captados e os resultados da venda de bilhetes da loteria no Estado.

Parágrafo único. Tendo em vista a instalação de novas Agências ou Filiais e o desenvolvimento dos negócios da empresa, poderão ser feitas aplicações, até o limite de 10% (dez por cento) das aplicações totais da CEF, em áreas diversas da origem dos depósitos.

Art. 8.º Os diretores da CEF, respeitados os princípios da legislação em vigor, serão solidariamente responsáveis pelos prejuízos ou danos causados pelo não cumprimento das obrigações ou deveres impostos pela lei ou regulamentos que lhes definam os encargos e atribuições.

Art. 9.º Os estatutos da CEF, expedidos pelo Ministro da Fazenda e aprovados por decreto do Presidente da República, estabelecerão a constituição, atribuições e funcionamento dos órgãos que compõem sua estrutura básica.

Parágrafo único. Tanto na elaboração dos estatutos, quanto na implantação da estrutura geral e normas de funcionamento da CEF, serão observados, entre outros, os seguintes princípios fundamentais:

I — programação e coordenação das atividades em todos os níveis administrativos;

II — desconcentração da autoridade executiva, objetivando encurtar os canais processuais e assegurar rapidez à solução das operações;

III — descentralização e desburocratização dos serviços e operações, eliminando-se as tramitações desnecessárias e os controles supérfluos;

IV — economia dos gastos administrativos, reduzindo-se as despesas de pessoal ao estritamente necessário;

V — simplificação das estruturas, evitando-se o excesso de chefias e níveis hierárquicos;

VI — incentivo ao aumento de produtividade de seus serviços.

Art. 10. Os resultados da exploração da Loteria Federal e da Loteria Esportiva Federal que couberem à CEF como executora desses serviços públicos serão destinados ao fortalecimento do patrimônio da empresa vedada sua aplicação no custeio de despesas correntes.

§ 1.º A CEF terá direito a uma comissão de venda a título de remuneração fixa pelos serviços de distribuição nacional dos bilhetes de loteria, cujo saldo líquido será anualmente levado à conta do Fundo de Reserva, para futuro aproveitamento em aumentos de capital.

§ 2.º A CEF contabilizará em separado todas as operações relativas à exploração dos serviços da Loteria Federal e da Loteria Esportiva Federal, não podendo os resultados financeiros decorrentes dessa exploração, inclusive os referidos no parágrafo anterior, ser considerados sob forma alguma para o cálculo de gratificações e de quaisquer vantagens devidas a empregados ou administradores.



§ 3º. — limite máximo para as despesas efetivas de custeio e manutenção dos serviços lotéricos e para a comissão de venda referida no § 1.º assim como as normas sobre a contabilização da renda líquida decorrente da exploração dos mesmos serviços serão estabelecidos em regulamento.

Art. 11. Fica vedado às instituições financeiras em geral e a quaisquer outras empresas, ressalvadas as Caixas Econômicas Estaduais já em funcionamento, o uso da denominação "Caixa Econômica".

Art. 12. As atuais Caixas Econômicas Estaduais não poderão realizar operações vedadas à CEF.

Art. 13. Considerar-se-ão extintos em 31 de dezembro de 1970 o Conselho Superior das Caixas Econômicas Federais e as Caixas Econômicas Federais dos Estados e no Distrito Federal.

Art. 14. Os atuais servidores do Conselho Superior e das Caixas Econômicas Federais serão aproveitados como empregados da CEF, de preferências nas respectivas jurisdições, em conformidade com o que for estabelecido pelo Poder Executivo.

Parágrafo único. Os dispositivos do art. 461 do Decreto-lei n.º 5.452, de 1.º de maio de 1943, não prevalecerão para efeito de equiparação entre os novos empregados da CEF e os antigos servidores dos órgãos públicos indicados neste artigo.

Art. 15. O Poder Executivo poderá baixar os atos que se fizerem necessários a assegurar a continuidade administrativa do Conselho Superior e dos Conselhos Administrativos das Caixas Econômicas Federais, em fase de extinção bem como antecipar a extinção prevista no art. 13.

Art. 16. Os depósitos judiciais em dinheiro relativos a processos de competência dos juízes federais serão obrigatoriamente feitos na CEF, ficando sujeitos à correção monetária a contar do segundo trimestre civil posterior à data do depósito, ressalvadas as disposições legais que fixem o momento anterior para essa correção.

Art. 17. Fica constituído a partir da data deste decreto-lei o Fundo de Instalação da CEF, que será administrado e aplicado de acordo com instruções baixadas pelo Ministro da Fazenda.

§ 1.º O Fundo a que se refere este artigo receberá, entre outras contribuições, depósitos correspondentes à percentagem que

vier a ser fixada em regulamento sobre o preço do plano de cada bilhete de loteria vendido pelas agências das Caixas Econômicas Federais nos Estados e no Distrito Federal.

§ 2.º Os recursos do Fundo criado por este artigo serão aplicados na aquisição ou construção de prédio destinado aos serviços centrais da CEF, bem como para pagamento de serviços e materiais indispensáveis à criação e instalação da empresa.

Art. 18. Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 12 de agosto de 1969; 148.º da Independência e 81.º da República. —
COSTA E SILVA — Antônio Delfim Netto
Hélio Beltrão.

SINOPSE

PROJETO DE LEI DO SENADO N.º 208, DE 1986

Autoriza a admissão, pela Caixa Econômica Federal, dos empregados da Associação de Poupança e Empréstimo de Alagoas — APEAL, Associação de Poupança e Empréstimo de Pernambuco — APEPE, Associação de Poupança e Empréstimo do Rio Grande do Norte — APERN e Caixa Forte — APE, do Piauí, e transformadas em Sociedade de Crédito Imobiliário pelo Banco Central, e dá outras providências.

Apresentado pelo Senhor Senador Nivaldo Machado.

Lido no expediente da Sessão de 17 de setembro de 1986 e publicado no DCN (Seção II) de 18 de setembro de 1986.

Distribuído às Comissões de Constituição e Justiça e de Economia e de Finanças.

Em 18 de setembro de 1986 é lido e aprovado, nesta data, o RQS n.º 476/86, subscrito pelo Senhor Senador Nivaldo Machado e outros Líderes, de urgência para a matéria. Passando-se à sua apreciação são emitidos pelos Senhores Senador Octávio Cardoso, os pareceres das CCJ e CE e pelo Senador José Urbano é proferido o parecer da CF, todos favoráveis. Aprovado em 1.º e 2.º turno, à CR. Lido o Parecer n.º 994/86, da Comissão de Redação, relatado pelo Senhor Senador Jorge Kalume, oferecendo a redação final. Aprovada a redação final.

A Câmara dos Deputados com o Ofício
SM/N.º 618

Em 23 de setembro de 1986.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Haroldo Sanford
DD. Primeiro-Secretário da
Câmara dos Deputados

Senhor Primeiro-Secretário:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa
Excelência, a fim de ser submetido à revisão da Câmara dos Deputados, nos termos do art. 58 da Constituição Federal, o Pro-

jeto de Lei do Senado n.º 208, de 1986, constante dos autógrafos juntos, que "autoriza a admissão, pela Caixa Econômica Federal, dos empregados da Associação de Poupança e Empréstimo de Alagoas — APEAL, Associação de Poupança e Empréstimo de Pernambuco — APEPE, Associação de Poupança e Empréstimo do Rio Grande do Norte — APERN e Caixa Forte — APE, do Piauí, e transformadas em Sociedade de Crédito Imobiliário pelo Banco Central, e dá outras providências".

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos de minha elevada estima e mais distinta consideração.
— **Jorge Kalume**, Secretário-adjunto.





CÂMARA DOS DEPUTADOS



Auto. Em 22. 11.86.

[Assinatura]

Senhor Presidente:

Nos termos regimentais, requeremos urgência para a tramitação do Projeto de Lei nº 8291/86, que "autoriza a admissão, pela Caixa Econômica Federal, dos empregados da Associação de Poupança e Empréstimo de Alagoas-APEAL, Associação de Poupança e Empréstimo de Pernambuco-APEPE, Associação de Poupança e Empréstimo do Rio Grande do Norte-APERN, e Caixa Forte-APE, do Piauí, transformadas em Sociedade de Crédito Imobiliário pelo Banco Centrl, e dá outras providências"

Sala das Sessões, em

[Assinatura]
Dep. PIMENTA DA WEIGA
Líder do PMDB

[Assinatura]
Dep. JOSÉ LOURENÇO
Líder do PFL

[Assinatura]
Dep. AMARAL NETTO
Líder do PDS

Dep. MATHEUS SCHMIDT
Líder do PDT

[Assinatura]
Dep. GASTONE RIGHI
Líder do PTB

[Assinatura]
Dep. IRMA PASSONI
Líder do PT

CÂMARA DOS DEPUTADOS
PROJETO DE LEI Nº 8.291-B, de 1986.
(DO SENADO FEDERAL)



Autoriza a admissão, pela Caixa Econômica Federal, dos empregados da Associação de Poupança e Empréstimo de Alagoas - APEAL, Associação de Poupança e Empréstimo do Rio Grande do Norte-APERN e Caixa Forte-APE, do Piauí, e transformadas em Sociedade de Crédito Imobiliário pelo Banco Central, e dá outras providências; tendo parecer, da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa; e, dos Relatores designados pela Mesa, em substituição às Comissões de Trabalho e de Finanças, pela aprovação. Pendente de pareceres à emenda de Plenário, das Comissões de Constituição e Justiça, de Trabalho e de Finanças.

(PROJETO DE LEI Nº 8.291-A, de 1986, emendado em Plenário, a que se referem os pareceres)



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 8.291-A, de 1986

(Do Senado Federal)

Autoriza a admissão, pela Caixa Econômica Federal, dos empregados da Associação de Poupança e Empréstimo de Alagoas — APEAL, Associação de Poupança e Empréstimo do Rio Grande do Norte — APERN e Caixa Forte — APE, do Piauí, e transformadas em Sociedade de Crédito Imobiliário pelo Banco Central, e dá outras providências; tendo parecer, da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa. Pendente de pareceres das Comissões de Trabalho e de Finanças.

(Projeto de Lei n.º 8.291, de 1986, a que se refere o parecer.)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º Os empregados da Associação de Poupança e Empréstimo de Alagoas — APEAL, Associação de Poupança e Empréstimo de Pernambuco — APEPE, Associação de Poupança e Empréstimo do Rio Grande do Norte — APERN e Caixa Forte — APE, do Piauí, transformadas em Sociedade de Crédito Imobiliário pelo Banco Central, que se encontravam em efetivo exercício de seus empregos, poderão ser admitidos pela Caixa Econômica Federal, em caráter excepcional, sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei n.º 5.452, de 1.º de maio de 1943.

§ 1.º As admissões a que se refere este artigo deverão atender às normas para admissão e provimento de cargos estabelecidas pelo regulamento de pessoal da Caixa Econômica Federal, não se lhes aplicando o disposto no caput do art. 5.º do Decreto-lei n.º 759, de 12 de agosto de 1969.

§ 2.º A Caixa Econômica Federal — CEF, não será responsável pelo pagamento de salários, gratificações, férias e quaisquer outras vantagens, ou indenizações de qualquer natureza, que sejam devidos pelas referidas empresas.

§ 3.º O tempo de serviço anterior à admissão na Caixa Econômica Federal — CEF, será computado unicamente para fins de aposentadoria, nos termos da legislação específica.

Art. 2.º Para atender às admissões a que se refere o artigo anterior, a Caixa Econômica Federal constituirá o Quadro de Pessoal Suplementar Especial, devidamente estruturado em cargos, carreiras e respectivos níveis salariais, de acordo com os anexos I e II desta lei.

Art. 3.º Para efetivação do ato de admissão autorizado por esta lei, nas condições do art. 1.º, os empregados ingressarão nos níveis iniciais dos cargos de Auxiliar de Escritório e de Auxiliar de Serviços Gerais, das tabelas salariais que constituem os anexos I e II, integrantes do Quadro de Pessoal Suplementar Especial, instituído na forma do artigo anterior e deverão, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias:



I — apresentar comprovação de rescisão de contrato de trabalho com as empresas referidas no art. 1.º, devidamente homologado;

II — apresentar comprovação de quitação com o serviço militar;

III — comprovar o implemento da idade de 18 (dezoito) anos e não-integração das condições para obtenção de aposentadoria previdenciária.

Parágrafo único. Para atendimento do disposto neste artigo, fica autorizado o acréscimo, no Quadro de Pessoal Permanente da Caixa Econômica Federal — CEF, do número de vagas equivalentes ao total dos enquadramentos deferidos.

Art. 4.º Os empregados admitidos na forma desta lei terão direito aos benefícios e vantagens da Caixa Econômica Federal — CEF, exceto os vedados pelo Decreto n.º 89.253, de 28 de dezembro de 1983, para os admitidos após esta data.

Art. 5.º Os empregados admitidos no Quadro de Pessoal Suplementar Especial, de que trata o art. 2.º por decisão da Caixa Econômica Federal — CEF, poderão ser enquadrados no Quadro de Pessoal Permanente, mediante processo seletivo interno, na forma e condições que forem definidas em Resolução da Diretoria.

Art. 6.º Os empregados que forem admitidos pela Caixa Econômica Federal — CEF, nos termos desta lei, terão sua filiação assegurada na Fundação dos Economistas Federais — FUNCEF, desde que atendidas as condições estabelecidas em Regulamento Especial de Plano de Benefícios, a ser elaborado por aquela entidade fechada de previdência privada, e aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência e Assistência Social, na forma da Lei n.º 6.435, de 15 de julho de 1977.

§ 1.º O Regulamento Especial de Plano de Benefícios a ser elaborado pela Fundação dos Economistas Federais — FUNCEF fixará, além das condições básicas a que se refere o art. 31, inciso IV, do Decreto n.º 81.240, de 20 de janeiro de 1978, as formas e condições dos respectivos benefícios de suplementação a serem concedidos.

§ 2.º A constituição de Reservas Atuariais, para fins de cobertura de tempo de serviço anterior à data de admissão na Caixa Econômica Federal — CEF, será de responsabilidade de cada empregado, na forma a ser estabelecida no citado regulamento.

Art. 7.º Os empregados admitidos na forma do art. 1.º desta lei ficam sujeitos às normas legais e regulamentares que regem a política salarial aplicável à Caixa Econômica Federal — CEF.

Art. 8.º A jornada de trabalho dos empregados admitidos na forma do art. 1.º desta lei é a mesma estabelecida para os economistas em geral.

Art. 9.º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10. Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 23 de setembro de 1986.
— José Fragelli, Presidente.

ANEXO I

LEI N.º , DE DE 1986
TABELA SALARIAL

Auxiliar de Escritório

Nível	Salário (Cz\$)	
	8 horas	6 horas
AE190	2.739,00	2.055,00
AE200	2.825,00	2.119,00
AE20A	2.913,00	2.185,00
AE20B	3.004,00	2.253,00
AE20C	3.097,00	2.323,00
AE20D	3.149,00	2.362,00
AE250	3.201,00	2.401,00
AE25A	3.254,00	2.441,00
AE25B	3.308,00	2.481,00
AE25C	3.363,00	2.523,00
AE25D	3.419,00	2.565,00
AE300	3.476,00	2.607,00
AE25A	3.533,00	2.650,00
AE30B	3.592,00	2.694,00
AE30D	3.651,00	2.739,00
AE30D	3.712,00	2.784,00
AE350	3.774,00	2.831,00
AE35A	3.836,00	2.877,00
AE35B	3.900,00	2.925,00
AE35C	3.964,00	2.973,00
AE35D	4.030,00	3.023,00

Tabela válida até 31 de agosto de 1986.



ANEXO II

LEI N.º , DE DE 1986

TABELA SALARIAL

Auxiliar de Serviços Gerais

Nível	Salário (Cz\$)	
	8 horas	6 horas
AH020	1.746,00	1.310,00
AH02A	1.780,00	1.335,00
AH02B	1.815,00	1.362,00
AH02C	1.850,00	1.388,00
AH02D	1.886,00	1.415,00
AH070	1.923,00	1.443,00
AH07A	1.961,00	1.471,00
AH07B	2.000,00	1.500,00
AH07C	2.039,00	1.530,00
AH07D	2.079,00	1.560,00
AH120	2.119,00	1.590,00
AH12A	2.161,00	1.621,00
AH12B	2.203,00	1.653,00
AH12C	2.247,00	1.686,00
AH12D	2.291,00	1.719,00
AH170	2.336,00	1.752,00
AH17A	2.381,00	1.786,00
AH17B	2.428,00	1.821,00
AH17C	2.476,00	1.857,00
AH17D	2.524,00	1.893,00
AH180	2.574,00	1.931,00

Tabela válida até 31 de agosto de 1986.

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO

DECRETO-LEI N.º 5.452
DE 1.º DE MAIO 1943 ⁽¹⁾

Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aprovada a Consolidação das Leis do Trabalho, que a este decreto-

lei acompanha, com as alterações por ela introduzidas na legislação vigente.

Parágrafo único. Continuam em vigor as disposições legais transitórias ou de emergência, bem como as que não tenham aplicação em todo o território nacional.

Art. 2.º O presente decreto-lei entrará em vigor em 10 de novembro de 1943.

Rio de Janeiro, 1.º de maio de 1943; 122.º da Independência e 55.º da República.

LEI N.º 6.435

DE 15 DE JULHO DE 1977

Dispõe sobre as entidades da previdência privada, e dá outras providências.

DECRETO N.º 81.240,

DE 20 DE JANEIRO DE 1978

Regulamenta as disposições da Lei n.º 6.435, de 15 de julho de 1977, relativas às entidades fechadas de previdência privada.

Art. 31. Na elaboração dos planos de benefícios custeados pelas empresas e respectivos empregados, serão observados os seguintes princípios:

I — o auxílio-doença somado ao pago pela previdência social não excederá a média das remunerações percebidas pelos participantes nos 12 (doze) últimos meses;

II — não haverá restrição para os benefícios de invalidez e velhice, respeitados os limites estabelecidos em lei;

III — os pecúlios e auxílios pagos de uma só vez poderão ser constantes ou proporcionais à remuneração, considerada esta como a média das remunerações percebidas nos 12 (doze) últimos meses;

IV — na aposentadoria por tempo de serviço, prevalecerá a idade mínima de 55 (cinquenta e cinco) anos completos e uma remuneração não superior a 3 (três) vezes o teto estabelecido para as contribuições à previdência social, ressalvados a situação dos participantes que ingressaram nos planos antes de 1.º de janeiro de 1978 e o disposto no item V;

V — para a aposentadoria especial a idade mínima será de 53 (cinquenta e três),



51 (cinquenta e um) ou 49 (quarenta e nove) anos, conforme o tempo de serviço exigido pela previdência social, de 25 (vinte e cinco), 20 (vinte) ou 15 (quinze) anos;

VI — a contribuição do participante dos planos de benefícios deverá obedecer às seguintes limitações percentuais, de acordo com os salários de contribuição à previdência social:

a) para remuneração inferior à metade do teto de contribuição: máximo de 3% (três por cento);

b) para a parte da remuneração compreendida entre a metade do teto de contribuição e o próprio teto: máximo de 5% (cinco por cento);

c) para a parte da remuneração excedente do teto: mínimo de 7% (sete por cento);

VII — a saída voluntária e antecipada do participante do plano de benefícios instituído, exceto no caso de cessação do contrato de trabalho, implicará a perda dos benefícios para os quais não foram completadas as contribuições necessárias;

VIII — na hipótese da cessação do contrato de trabalho, o plano de benefícios deverá prever o valor de resgate correspondente, em função da idade e do tempo de contribuição, sendo facultada a manutenção dos pagamentos, acrescidos da parte da empresa, para a continuidade da participação ou a redução dos benefícios em função dos pagamentos efetuados até a data daquela cessação.

§ 1.º Os benefícios permitidos pela legislação e não enquadrados nos itens IV e V serão custeados exclusivamente pelos participantes, na forma que for estabelecida nos respectivos planos.

§ 2.º No caso do item VII, o participante terá direito à restituição parcial das contribuições vertidas, com correção monetária, de acordo com as normas estabelecidas no próprio plano, não inferior a 50% (cinquenta por cento) do montante apurado.

DECRETO-LEI Nº 759,
DE 12 DE AGOSTO DE 1969

Autoriza o Poder Executivo a constituir a empresa pública Caixa Econômica Federal e dá outras providências.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o § 1.º do artigo

2.º do Ato Institucional n.º 5, de 13 de dezembro de 1969, decreta:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a constituir a Caixa Econômica Federal — CEF, instituição financeira sob a forma de empresa pública, dotada de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio e autonomia administrativa, vinculada ao Ministério da Fazenda.

Parágrafo único. A CEF terá sede e foro na Capital da República com jurisdição em todo o território nacional.

Art. 2.º A CEF terá por finalidade:

a) receber em depósito sob a garantia da União, economias populares, incentivando os hábitos de poupança;

b) conceder empréstimos e financiamentos de natureza assistencial, cooperando com as entidades de direito público e privado na solução dos problemas sociais econômicos;

c) operar no setor habitacional, como sociedade de crédito imobiliário e principal agente do Banco Nacional de Habitação, com o objetivo de facilitar e promover a aquisição de casa própria, especialmente pelas classes de menor renda da população;

d) explorar, com exclusividade, os serviços da Loteria Federal do Brasil e da Loteria Esportiva Federal nos termos da legislação pertinente;

e) exercer o monopólio das operações sobre penhores civis, com caráter permanente e de continuidade;

f) prestar serviços que se adaptem à sua estrutura de natureza financeira, delegados pelo Governo Federal ou por convênio com outras entidades ou empresas.

Parágrafo único. A CEF poderá, observadas as condições estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional, realizar quaisquer outras operações no mercado de capital, restrita a subscrição para revenda e a distribuição no mercado de títulos ou valores mobiliários aos papéis emitidos por pessoas jurídicas de direito público, empresas públicas e sociedades de economia mista.

Art. 3.º O capital inicial da CEF pertencerá integralmente à União e será constituído pelo total do patrimônio líquido do Conselho Superior das Caixas Econômicas



Federais e de todas as Caixas Econômicas Federais ora existentes, devidamente avaliados e cujo montante se estabelecerá através de ato do Ministro da Fazenda.

Art. 4.º O patrimônio da CEF será constituído pelo acervo de todas as Caixas Econômicas Federais e do seu Conselho Superior, incluídos em tal acervo os haveres, direitos, obrigações e ações, bens móveis e imóveis, documentos e papéis de seu arquivo que lhe serão automaticamente incorporados.

Art. 5.º O pessoal da CEF será obrigatoriamente admitido mediante concurso público de provas ou de provas e títulos.

§ 1.º O regime legal do pessoal da CEF será o da Consolidação das Leis Trabalhistas.

§ 2.º Poderão eventualmente ser requisitados pela CEF servidores dos quadros do serviço público federal, das autarquias federais, ou das empresas públicas e sociedade de economia mista, exclusivamente para o exercício de funções técnicas mediante o ressarcimento, pela CEF aos órgãos de origem ou entidades de origem, dos proventos globais a que fizerem jus os servidores requisitados.

Art. 6.º Como instituição integrante do Sistema Financeiro Nacional, a CEF estará sujeita às normas gerais, às decisões e à disciplina normativa estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional e à fiscalização do Banco Central do Brasil.

Art. 7.º Os recursos das Agências Estaduais da CEF serão aplicados obrigatoriamente nas respectivas jurisdições, de forma proporcional aos depósitos ali captados e aos resultados da venda de bilhetes da loteria no Estado.

Parágrafo único. Tendo em vista a instalação de novas Agências ou Filiais e o desenvolvimento dos negócios da empresa, poderão ser feitas aplicações, até o limite de 10% (dez por cento) das aplicações totais da CEF, em áreas diversas da origem dos depósitos.

Art. 8.º Os diretores da CEF, respeitados os princípios da legislação em vigor, serão solidariamente responsáveis pelos prejuízos ou danos causados pelo não cumprimento das obrigações ou deveres impostos pela lei ou regulamentos que lhes definam os encargos e atribuições.

Art. 9.º Os estatutos da CEF, expedidos pelo Ministro da Fazenda e aprovados por decreto do Presidente da República, estabelecerão a constituição, atribuições e funcionamento dos órgãos que compõem sua estrutura básica.

Parágrafo único. Tanto na elaboração dos estatutos, quanto na implantação da estrutura geral e normas de funcionamento da CEF, serão observados, entre outros, os seguintes princípios fundamentais:

I — programação e coordenação das atividades em todos os níveis administrativos;

II — desconcentração da autoridade executiva, objetivando encurtar os canais processuais e assegurar rapidez à solução das operações;

III — descentralização e desburocratização dos serviços e operações, eliminando-se as tramitações desnecessárias e os controles superfluos;

IV — economia dos gastos administrativos, reduzindo-se as despesas de pessoal ao estritamente necessário;

V — simplificação das estruturas, evitando-se o excesso de chefias e níveis hierárquicos;

VI — incentivo ao aumento de produtividade de seus serviços.

Art. 10. Os resultados da exploração da Loteria Federal e da Loteria Esportiva Federal que couberem à CEF como executora desses serviços públicos serão destinados ao fortalecimento do patrimônio da empresa vedada sua aplicação no custeio de despesas correntes.

§ 1.º A CEF terá direito a uma comissão de venda a título de remuneração fixa pelos serviços de distribuição nacional dos bilhetes de loteria, cujo saldo líquido será anualmente levado à conta do Fundo de Reserva, para futuro aproveitamento em aumentos de capital.

§ 2.º A CEF contabilizará em separado todas as operações relativas à exploração dos serviços da Loteria Federal e da Loteria Esportiva Federal, não podendo os resultados financeiros decorrentes dessa exploração, inclusive os referidos no parágrafo anterior, ser considerados sob forma alguma para o cálculo de gratificações e de quaisquer vantagens devidas a empregados ou administradores.



§ 3.º O limite máximo para as despesas efetivas de custeio e manutenção dos serviços lotéricos e para a comissão de venda referida no § 1.º assim como as normas sobre a contabilização da renda líquida decorrente da exploração dos mesmos serviços serão estabelecidos em regulamento.

Art. 11. Fica vedado às instituições financeiras em geral e a quaisquer outras empresas, ressalvadas as Caixas Econômicas Estaduais já em funcionamento, o uso da denominação "Caixa Econômica".

Art. 12. As atuais Caixas Econômicas Estaduais não poderão realizar operações vedadas à CEF.

Art. 13. Considerar-se-ão extintos em 31 de dezembro de 1970 o Conselho Superior das Caixas Econômicas Federais e as Caixas Econômicas Federais dos Estados e no Distrito Federal.

Art. 14. Os atuais servidores do Conselho Superior e das Caixas Econômicas Federais serão aproveitados como empregados da CEF, de preferências nas respectivas jurisdições, em conformidade com o que for estabelecido pelo Poder Executivo.

Parágrafo único. Os dispositivos do art. 461 do Decreto-lei n.º 5.452, de 1.º de maio de 1943, não prevalecerão para efeito de equiparação entre os novos empregados da CEF e os antigos servidores dos órgãos públicos indicados neste artigo.

Art. 15. O Poder Executivo poderá baixar os atos que se fizerem necessários a assegurar a continuidade administrativa do Conselho Superior e dos Conselhos Administrativos das Caixas Econômicas Federais, em fase de extinção bem como antecipar a extinção prevista no art. 13.

Art. 16. Os depósitos judiciais em dinheiro relativos a processos de competência dos juízes federais serão obrigatoriamente feitos na CEF, ficando sujeitos à correção monetária a contar do segundo trimestre civil posterior à data do depósito, ressalvadas as disposições legais que fixem o momento anterior para essa correção.

Art. 17. Fica constituído a partir da data deste decreto-lei o Fundo de Instalação da CEF, que será administrado e aplicado de acordo com instruções baixadas pelo Ministro da Fazenda.

§ 1.º O Fundo a que se refere este artigo receberá, entre outras contribuições, depósitos correspondentes à percentagem que

vier a ser fixada em regulamento sobre o preço do plano de cada bilhete de loteria vendido pelas agências das Caixas Econômicas Federais nos Estados e no Distrito Federal.

§ 2.º Os recursos do Fundo criado por este artigo serão aplicados na aquisição ou construção de prédio destinado aos serviços centrais da CEF, bem como para pagamento de serviços e materiais indispensáveis à criação e instalação da empresa.

Art. 18. Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 12 de agosto de 1969; 148.º da Independência e 81.º da República. — A.
COSTA E SILVA — Antônio Delfim Netto — Hélio Beltrão.

SINOPSE

PROJETO DE LEI DO SENADO N.º 208, DE 1986

Autoriza a admissão, pela Caixa Econômica Federal, dos empregados da Associação de Poupança e Empréstimo de Alagoas — APEAL, Associação de Poupança e Empréstimo de Pernambuco — APEPE, Associação de Poupança e Empréstimo do Rio Grande do Norte — APERN e Caixa Forte — APE, do Piauí, e transformadas em Sociedade de Crédito Imobiliário pelo Banco Central, e dá outras providências.

Apresentado pelo Senhor Senador Nivaldo Machado.

Lido no expediente da Sessão de 17 de setembro de 1986 e publicado no DCN (Seção II) de 18 de setembro de 1986.

Distribuído às Comissões de Constituição e Justiça e de Economia e de Finanças.

Em 18 de setembro de 1986 é lido e aprovado, nesta data, o RQS n.º 476/86, subscrito pelo Senhor Senador Nivaldo Machado e outros Líderes, de urgência para a matéria. Passando-se à sua apreciação são emitidos pelos Senhores Senador Octávio Cardoso, os pareceres das CCJ e CE e pelo Senador José Urbano é proferido o parecer da CF, todos favoráveis. Aprovado em 1.º e 2.º turno, à CR. Lido o Parecer n.º 994/86, da Comissão de Redação, relatado pelo Senhor Senador Jorge Kalume, oferecendo a redação final. Aprovada a redação final.



A Câmara dos Deputados com o Ofício SM/N.º 618

Em 23 de setembro de 1986.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Haroldo Sanford
DD. Primeiro-Secretário da
Câmara dos Deputados

Senhor Primeiro-Secretário:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à revisão da Câmara dos Deputados, nos termos do art. 58 da Constituição Federal, o Projeto de Lei do Senado n.º 208, de 1986, constante dos autógrafos juntos, que "autoriza a admissão, pela Caixa Econômica Federal, dos empregados da Associação de Poupança e Empréstimo de Alagoas — APEAL, Associação de Poupança e Empréstimo de Pernambuco — APEPE, Associação de Poupança e Empréstimo do Rio Grande do Norte — APERN e Caixa Forte — APE, do Piauí, e transformadas em Sociedade de Crédito Imobiliário pelo Banco Central, e dá outras providências".

Proveito a o oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos de minha elevada estima e mais distinta consideração.
— **Jorge Kalume**, Secretário-adjunto.

PARECER DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO e JUSTIÇA

I — Relatório

Vem ao turno constitucional de revisão, na feitura das leis, previsto pelo art. 58 da Lei Maior, esta proposição que autoriza a admissão, pela Caixa Econômica Federal, de empregados de Associações de Poupança e Empréstimo dos Estados de Alagoas, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Piauí, que menciona, que foram transformadas em Sociedades de Crédito Imobiliário pelo Banco Central.

Essas admissões deverão obedecer aos critérios fixados para admissão e provimentos de cargos pelo regulamento de pessoal da CEF, não sendo a entidade responsável pelo pagamento de salários, férias, gratificações e outros encargos que sejam devidos a título da relação empregatícia anterior.

São previstas, ainda, outras condições a serem observadas e que dizem respeito a direitos e vantagens.

É o relatório.

II — Voto do Relator

Trata-se de proposição meramente autorizativa e este órgão técnico, em inúmeras oportunidades, tem entendido ser válida a tramitação, nessas hipóteses, desde que, como é o caso, se trate de matéria da competência legislativa da União (art. 8.º, item XVII, alínea a, da Lei Maior) e da atribuição do Congresso (art. 43, *caput*, da Carta Magna).

Não há reparos quanto à técnica legislativa utilizada.

Diante do acima exposto, voto pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa deste Projeto de Lei n.º 8.291, de 1986, oriundo do Senado Federal, e que autoriza a admissão, pela Caixa Econômica Federal, dos empregados da Associação de Poupança e Empréstimo de Alagoas — APEAL, Associação de Poupança e Empréstimo de Pernambuco — APEPE, Associação de Poupança e Empréstimo do Rio Grande do Norte — APERN, e Caixa Forte — APE, do Piauí, e transformadas em Sociedade de Crédito Imobiliário pelo Banco Central, e dá outras providências.

Sala da Comissão, 26 de novembro de 1986. — **Nilson Gibson**, Relator

III — Parecer da Comissão

A Comissão de Constituição e Justiça, em reunião ordinária de sua Turma "B" realizada hoje, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei n.º 8.291/86, nos termos do parecer do relator.

Estiveram presentes os Senhores Deputados: Theodoro Mendes, Presidente; Guido Moesch, Vice-Presidente; Egidio Ferreira Lima, Renato Vianna, João Augusto, Paulo Xavier, Gorgônio Neto, Hamilton Xavier, Rondon Pacheco, Roberto Jefferson, Francisco Amaral, Nilson Gibson, Pedro Colin e Nelson Morro.

Sala da Comissão, 26 de novembro de 1986. — **Theodoro Mendes**, Presidente — **Nilson Gibson**, Relator.

9



02 / 12 / 1986

Rosa / Cristina, 17:54, Nº 148/1

~~O SR. PRESIDENTE (Humberto Souto) - Concedo a palavra
ao nobre Deputado Francisco Amaral para proferir Projeto de Lei nº 231
pela Comissão de Trabalho.~~



O SR. FRANCISCO AMARAL (PMDB-SP. Sem revisão do ora-
dor.) - Cabe exame, pela Comissão de Trabalho, deste projeto que autori-
za a admissão, pela Caixa Econômica Federal, de empregados da Associação
de Poupança e Empréstimo dos Estados de Alagoas, Pernambuco, Rio Grande
do Norte e Piauí.

A Comissão de ^(Constituição e) Justiça da Casa já considerou ^(proposição) o ~~projeto~~
~~que~~, que é autorizativa, constitucional, jurídica e de boa técnica legis-
lativa.

^{projeto}
~~Este projeto~~ é repetição de outros semelhantes que bus-
caram dar destino a empregados atingidos por medidas governamentais de
extinção, incorporação ou qualquer outra modalidade ^{de desaparecimento} de empresas empre-
gadoras do sistema financeiro brasileiro.

^{foi a mesma opinião sobre este também}
Como ~~nos~~ outros, entendemos oportuno e válido ~~o projeto~~
^{projeto}
~~to.~~

Pela aprovação.

Sala de sessões, 1º/12/86

Francisco Amaral

S/Herminia

O SR. VICENTE GUABIROBA (PDS-MG. Lê o seguinte parecer.) -

Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Projeto de Lei nº 8.291-A, de 1986, autoriza a admissão pela Caixa Econômica Federal dos empregados da Associação de Poupança e Empréstimo de Alagoas e outros estabelecimentos. Compete à Comissão de Finanças estudar as implicações financeiras do referido projeto. Podemos informar que essas despesas estão previstas no projeto, razão por que nosso parecer é pela aprovação.

10



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO



198

Nº

149/L



CÂMARA DOS DEPUTADOS



Inde Projeto 8291

Suprima-se o art. 2

Flau

AMARAL NETTO

*Encusa da e brevíssimo, com
amenda, volta à Comissão
Em 92.12.86.
am*



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N 8.291, de 1986

(Do Senado Federal)

Autoriza a admissão, pela Caixa Econômica Federal, dos empregados da Associação de Poupança e Empréstimo de Alagoas — APEAL, Associação de Poupança e Empréstimo de Pernambuco — APEPE, Associação de Poupança e Empréstimo do Rio Grande do Norte — APERN e Caixa Forte — APE, do Piauí, e transformadas em Sociedade de Crédito Imobiliário pelo Banco Central, e dá outras providências.

(As Comissões de Constituição e Justiça, de Trabalho e de Finanças.)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º Os empregados da Associação de Poupança e Empréstimo de Alagoas — APEAL, Associação de Poupança e Empréstimo de Pernambuco — APEPE, Associação de Poupança e Empréstimo do Rio Grande do Norte — APERN e Caixa Forte — APE, do Piauí, transformadas em Sociedade de Crédito Imobiliário pelo Banco Central, que se encontravam em efetivo exercício de seus empregos, poderão ser admitidos pela Caixa Econômica Federal, em caráter excepcional, sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei n.º 5.452, de 1.º de maio de 1943.

§ 1.º As admissões a que se refere este artigo deverão atender às normas para admissão e provimento de cargos estabeleci-

das pelo regulamento de pessoal da Caixa Econômica Federal, não se lhes aplicando o disposto no caput do art. 5.º do Decreto-lei n.º 759, de 12 de agosto de 1969.

§ 2.º A Caixa Econômica Federal — CEF, não será responsável pelo pagamento de salários, gratificações, férias e quaisquer outras vantagens, ou indenizações de qualquer natureza, que sejam devidos pelas referidas empresas.

§ 3.º O tempo de serviço anterior à admissão na Caixa Econômica Federal — CEF, será computado unicamente para fins de aposentadoria, nos termos da legislação específica.

Art. 2.º Para atender às admissões a que se refere o artigo anterior, a Caixa Econômica Federal constituirá o Quadro de Pessoal Suplementar Especial, devidamente estruturado em cargos, carreiras e respectivos níveis salariais, de acordo com os anexos I e II desta lei.

Art. 3.º Para efetivação do ato de admissão autorizado por esta lei, nas condições do art. 1.º, os empregados ingressarão nos níveis iniciais dos cargos de Auxiliar de Escritório e de Auxiliar de Serviços Gerais, das tabelas salariais que constituem os anexos I e II, integrantes do Quadro de Pessoal Suplementar Especial, instituído na forma do artigo anterior e deverão, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias:



apresentar comprovação de rescisão de contrato de trabalho com as empresas referidas no art. 1.º, devidamente homologado;

II — apresentar comprovação de quitação com o serviço militar;

III — comprovar o implemento da idade de 18 (dezoito) anos e não-integração das condições para obtenção de aposentadoria previdenciária.

Parágrafo único. Para atendimento do disposto neste artigo, fica autorizado o acréscimo, no Quadro de Pessoal Permanente da Caixa Econômica Federal — CEF, do número de vagas equivalentes ao total dos enquadramentos deferidos.

Art. 4.º Os empregados admitidos na forma desta lei terão direito aos benefícios e vantagens da Caixa Econômica Federal — CEF, exceto os vedados pelo Decreto n.º 89.253, de 28 de dezembro de 1983, para os admitidos após esta data.

Art. 5.º Os empregados admitidos no Quadro de Pessoal Suplementar Especial, de que trata o art. 2.º por decisão da Caixa Econômica Federal — CEF, poderão ser enquadrados no Quadro de Pessoal Permanente, mediante processo seletivo interno, na forma e condições que forem definidas em Resolução da Diretoria.

Art. 6.º Os empregados que forem admitidos pela Caixa Econômica Federal — CEF, nos termos desta lei, terão sua filiação assegurada na Fundação dos Economistas Federais — FUNCEF, desde que atendidas as condições estabelecidas em Regulamento Especial de Plano de Benefícios, a ser elaborado por aquela entidade fechada de previdência privada, e aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência e Assistência Social, na forma da Lei n.º 6.435, de 15 de julho de 1977.

§ 1.º O Regulamento Especial de Plano de Benefícios a ser elaborado pela Fundação dos Economistas Federais — FUNCEF fixará, além das condições básicas a que se refere o art. 31, inciso IV, do Decreto n.º 81.240, de 20 de janeiro de 1978, as formas e condições dos respectivos benefícios de suplementação a serem concedidos.

§ 2.º A constituição de Reservas Atuariais, para fins de cobertura de tempo de serviço anterior à data de admissão na Caixa Econômica Federal — CEF, será de responsabilidade de cada empregado, na forma a ser estabelecida no citado regulamento.

Art. 7.º Os empregados admitidos na forma do art. 1.º desta lei ficam sujeitos às normas legais e regulamentares que regem a política salarial aplicável à Caixa Econômica Federal — CEF.

Art. 8.º A jornada de trabalho dos empregados admitidos na forma do art. 1.º desta lei é a mesma estabelecida para os economistas em geral.

Art. 9.º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10. Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 23 de setembro de 1986.
— José Fragelli, Presidente.

ANEXO I

LEI N.º , DE , DE 1986

TABELA SALARIAL

Auxiliar de Escritório

Nível	Salário (Cz\$)	
	8 horas	6 horas
AE190	2.739,00	2.055,00
AE200	2.825,00	2.119,00
AE20A	2.913,00	2.185,00
AE20B	3.004,00	2.253,00
AE20C	3.097,00	2.323,00
AE20D	3.149,00	2.362,00
AE250	3.201,00	2.401,00
AE25A	3.254,00	2.441,00
AE25B	3.308,00	2.481,00
AE25C	3.363,00	2.523,00
AE25D	3.419,00	2.565,00
AE300	3.476,00	2.607,00
AE25A	3.533,00	2.650,00
AE30B	3.592,00	2.694,00
AE30D	3.651,00	2.739,00
AE30D	3.712,00	2.784,00
AE350	3.774,00	2.831,00
AE35A	3.836,00	2.877,00
AE35B	3.900,00	2.925,00
AE35C	3.964,00	2.973,00
AE35D	4.030,00	3.023,00

Tabela válida até 31 de agosto de 1986.



ANEXO II

LEI N.º , DE DE 1986

TABELA SALARIAL

Auxiliar de Serviços Gerais

Nível	Salário (Cz\$)	
	8 horas	6 horas
AH020	1.746,00	1.310,00
AH02A	1.780,00	1.335,00
AH02B	1.815,00	1.362,00
AH02C	1.850,00	1.388,00
AH02D	1.886,00	1.415,00
AH070	1.923,00	1.443,00
AH07A	1.961,00	1.471,00
AH07B	2.000,00	1.500,00
AH07C	2.039,00	1.530,00
AH07D	2.079,00	1.560,00
AH120	2.119,00	1.590,00
AH12A	2.161,00	1.621,00
AH12B	2.203,00	1.653,00
AH12C	2.247,00	1.686,00
AH12D	2.291,00	1.719,00
AH170	2.336,00	1.752,00
AH17A	2.381,00	1.786,00
AH17B	2.428,00	1.821,00
AH17C	2.476,00	1.857,00
AH17D	2.524,00	1.893,00
AH180	2.574,00	1.931,00

Tabela válida até 31 de agosto de 1986.

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO

DECRETO-LEI N.º 5.452
DE 1.º DE MAIO 1943 (1)

Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aprovada a Consolidação das Leis do Trabalho, que a este decreto-

lei acompanha, com as alterações por ela introduzidas na legislação vigente.

Parágrafo único. Continuam em vigor as disposições legais transitórias ou de emergência, bem como as que não tenham aplicação em todo o território nacional.

Art. 2.º O presente decreto-lei entrará em vigor em 10 de novembro de 1943.

Rio de Janeiro, 1.º de maio de 1943; 122.º da Independência e 55.º da República.

LEI N.º 6.435
DE 15 DE JULHO DE 1977

Dispõe sobre as entidades da previdência privada, e dá outras providências.

DECRETO N.º 81.240,
DE 20 DE JANEIRO DE 1978

Regulamenta as disposições da Lei n.º 6.435, de 15 de julho de 1977, relativas às entidades fechadas de previdência privada.

Art. 31. Na elaboração dos planos de benefícios custeados pelas empresas e respectivos empregados, serão observados os seguintes princípios:

I — o auxílio-doença somado ao pago pela previdência social não excederá a média das remunerações percebidas pelos participantes nos 12 (doze) últimos meses;

II — não haverá restrição para os benefícios de invalidez e velhice, respeitados os limites estabelecidos em lei;

III — os pecúlios e auxílios pagos de uma só vez poderão ser constantes ou proporcionais à remuneração, considerada esta como a média das remunerações percebidas nos 12 (doze) últimos meses;

IV — na aposentadoria por tempo de serviço, prevalecerá a idade mínima de 55 (cinquenta e cinco) anos completos e uma remuneração não superior a 3 (três) vezes o teto estabelecido para as contribuições à previdência social, ressalvados a situação dos participantes que ingressaram nos planos antes de 1.º de janeiro de 1978 e o disposto no item V;

V — para a aposentadoria especial a idade mínima será de 53 (cinquenta e três),



(cinquenta e um) ou 49 (quarenta e nove) anos, conforme o tempo de serviço exigido pela previdência social, de 25 (vinte e cinco), 20 (vinte) ou 15 (quinze) anos;

VI — a contribuição do participante dos planos de benefícios deverá obedecer às seguintes limitações percentuais, de acordo com os salários de contribuição à previdência social:

a) para remuneração inferior à metade do teto de contribuição: máximo de 3% (três por cento);

b) para a parte da remuneração compreendida entre a metade do teto de contribuição e o próprio teto: máximo de 5% (cinco por cento);

c) para a parte da remuneração excedente do teto: mínimo de 7% (sete por cento);

VII — a saída voluntária e antecipada do participante do plano de benefícios instituído, exceto no caso de cessação do contrato de trabalho, implicará a perda dos benefícios para os quais não foram completadas as contribuições necessárias;

VIII — na hipótese da cessação do contrato de trabalho, o plano de benefícios deverá prever o valor de resgate correspondente, em função da idade e do tempo de contribuição, sendo facultada a manutenção dos pagamentos, acrescidos da parte da empresa, para a continuidade da participação ou a redução dos benefícios em função dos pagamentos efetuados até a data daquela cessação.

§ 1.º Os benefícios permitidos pela legislação e não enquadrados nos itens IV e V serão custeados exclusivamente pelos participantes, na forma que for estabelecida nos respectivos planos.

§ 2.º No caso do item VII, o participante terá direito à restituição parcial das contribuições vertidas, com correção monetária, de acordo com as normas estabelecidas no próprio plano, não inferior a 50% (cinquenta por cento) do montante apurado.

DECRETO-LEI Nº 759.
DE 12 DE AGOSTO DE 1969

Autoriza o Poder Executivo a constituir a empresa pública Caixa Econômica Federal e dá outras providências.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o § 1.º do artigo

2.º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1969, decreta:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a constituir a Caixa Econômica Federal — CEF, instituição financeira sob a forma de empresa pública, dotada de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio e autonomia administrativa, vinculada ao Ministério da Fazenda.

Parágrafo único. A CEF terá sede e foro na Capital da República com jurisdição em todo o território nacional.

Art. 2.º A CEF terá por finalidade:

a) receber em depósito sob a garantia da União, economias populares, incentivando os hábitos de poupança;

b) conceder empréstimos e financiamentos de natureza assistencial, cooperando com as entidades de direito público e privado na solução dos problemas sociais e econômicos;

c) operar no setor habitacional, como sociedade de crédito imobiliário e principal agente do Banco Nacional de Habitação, com o objetivo de facilitar e promover a aquisição de casa própria, especialmente pelas classes de menor renda da população;

d) explorar, com exclusividade, os serviços da Loteria Federal do Brasil e da Loteria Esportiva Federal nos termos da legislação pertinente;

e) exercer o monopólio das operações sobre penhores civis, com caráter permanente e de continuidade;

f) prestar serviços que se adaptem à sua estrutura de natureza financeira, delegados pelo Governo Federal ou por convênio com outras entidades ou empresas.

Parágrafo único. A CEF poderá, observadas as condições estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional, realizar quaisquer outras operações no mercado de capital, restrita a subscrição para revenda e a distribuição no mercado de títulos ou valores mobiliários aos papéis emitidos por pessoas jurídicas de direito público, empresas públicas e sociedades de economia mista.

Art. 3.º O capital inicial da CEF pertencerá integralmente à União e será constituído pelo total do patrimônio líquido do Conselho Superior das Caixas Econômicas



Federais e de todas as Caixas Econômicas Federais ora existentes, devidamente avaliados e cujo montante se estabelecerá através de ato do Ministro da Fazenda.

Art. 4.º O patrimônio da CEF será constituído pelo acervo de todas as Caixas Econômicas Federais e do seu Conselho Superior, incluídos em tal acervo os haveres, direitos, obrigações e ações, bens móveis e imóveis, documentos e papéis de seu arquivo que lhe serão automaticamente incorporados.

Art. 5.º O pessoal da CEF será obrigatoriamente admitido mediante concurso público de provas ou de provas e títulos.

§ 1.º O regime legal do pessoal da CEF será o da Consolidação das Leis Trabalhistas.

§ 2.º Poderão eventualmente ser requisitados pela CEF servidores dos quadros do serviço público federal, das autarquias federais, ou das empresas públicas e sociedade de economia mista, exclusivamente para o exercício de funções técnicas mediante o ressarcimento, pela CEF aos órgãos de origem ou entidades de origem, dos proventos globais a que fizerem jus os servidores requisitados.

Art. 6.º Como instituição integrante do Sistema Financeiro Nacional, a CEF estará sujeita às normas gerais, às decisões e à disciplina normativa estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional e à fiscalização do Banco Central do Brasil.

Art. 7.º Os recursos das Agências Estaduais da CEF serão aplicados obrigatoriamente nas respectivas jurisdições, de forma proporcional aos depósitos ali captados e aos resultados da venda de bilhetes da loteria no Estado.

Parágrafo único. Tendo em vista a instalação de novas Agências ou Filiais e o desenvolvimento dos negócios da empresa, poderão ser feitas aplicações, até o limite de 10% (dez por cento) das aplicações totais da CEF, em áreas diversas da origem dos depósitos.

Art. 8.º Os diretores da CEF, respeitados os princípios da legislação em vigor, serão solidariamente responsáveis pelos prejuízos ou danos causados pelo não cumprimento das obrigações ou deveres impostos pela lei ou regulamentos que lhes definam os encargos e atribuições.

Art. 9.º Os estatutos da CEF, expedidos pelo Ministro da Fazenda e aprovados por decreto do Presidente da República, estabelecerão a constituição, atribuições e funcionamento dos órgãos que compõem sua estrutura básica.

Parágrafo único. Tanto na elaboração dos estatutos, quanto na implantação da estrutura geral e normas de funcionamento da CEF, serão observados, entre outros, os seguintes princípios fundamentais:

I — programação e coordenação das atividades em todos os níveis administrativos;

II — desconcentração da autoridade executiva, objetivando encurtar os canais processuais e assegurar rapidez à solução das operações;

III — descentralização e desburocratização dos serviços e operações, eliminando-se as tramitações desnecessárias e os controles supérfluos;

IV — economia dos gastos administrativos, reduzindo-se as despesas de pessoal ao estritamente necessário;

V — simplificação das estruturas, evitando-se o excesso de chefias e níveis hierárquicos;

VI — incentivo ao aumento de produtividade de seus serviços.

Art. 10. Os resultados da exploração da Loteria Federal e da Loteria Esportiva Federal que couberem à CEF como executora desses serviços públicos serão destinados ao fortalecimento do patrimônio da empresa vedada sua aplicação no custeio de despesas correntes.

§ 1.º A CEF terá direito a uma comissão de venda a título de remuneração fixa pelos serviços de distribuição nacional dos bilhetes de loteria, cujo saldo líquido será anualmente levado à conta do Fundo de Reserva, para futuro aproveitamento em aumentos de capital.

§ 2.º A CEF contabilizará em separado todas as operações relativas à exploração dos serviços da Loteria Federal e da Loteria Esportiva Federal, não podendo os resultados financeiros decorrentes dessa exploração, inclusive os referidos no parágrafo anterior, ser considerados sob forma alguma para o cálculo de gratificações e de quaisquer vantagens devidas a empregados ou administradores.



O limite máximo para as despesas eletivas de custeio e manutenção dos serviços lotéricos e para a comissão de venda referida no § 1.º assim como as normas sobre a contabilização da renda líquida decorrente da exploração dos mesmos serviços serão estabelecidos em regulamento.

Art. 11. Fica vedado às instituições financeiras em geral e a quaisquer outras empresas, ressalvadas as Caixas Econômicas Estaduais já em funcionamento, o uso da denominação "Caixa Econômica".

Art. 12. As atuais Caixas Econômicas Estaduais não poderão realizar operações vedadas à CEF.

Art. 13. Considerar-se-ão extintos em 31 de dezembro de 1970 o Conselho Superior das Caixas Econômicas Federais e as Caixas Econômicas Federais dos Estados e no Distrito Federal.

Art. 14. Os atuais servidores do Conselho Superior e das Caixas Econômicas Federais serão aproveitados como empregados da CEF, de preferências nas respectivas jurisdições, em conformidade com o que for estabelecido pelo Poder Executivo.

Parágrafo único. Os dispositivos do art. 461 do Decreto-lei n.º 5.452, de 1.º de maio de 1943, não prevalecerão para efeito de equiparação entre os novos empregados da CEF e os antigos servidores dos órgãos públicos indicados neste artigo.

Art. 15. O Poder Executivo poderá baixar os atos que se fizerem necessários a assegurar a continuidade administrativa do Conselho Superior e dos Conselhos Administrativos das Caixas Econômicas Federais, em fase de extinção bem como antecipar a extinção prevista no art. 13.

Art. 16. Os depósitos judiciais em dinheiro relativos a processos de competência dos juízes federais serão obrigatoriamente feitos na CEF, ficando sujeitos à correção monetária a contar do segundo trimestre civil posterior à data do depósito, ressalvadas as disposições legais que fixem o momento anterior para essa correção.

Art. 17. Fica constituído a partir da data deste decreto-lei o Fundo de Instalação da CEF, que será administrado e aplicado de acordo com instruções baixadas pelo Ministro da Fazenda.

§ 1.º O Fundo a que se refere este artigo receberá, entre outras contribuições, depósitos correspondentes à percentagem que

vier a ser fixada em regulamento sobre o preço do plano de cada bilhete de loteria vendido pelas agências das Caixas Econômicas Federais nos Estados e no Distrito Federal.

§ 2.º Os recursos do Fundo criado por este artigo serão aplicados na aquisição ou construção de prédio destinado aos serviços centrais da CEF, bem como para pagamento de serviços e materiais indispensáveis à criação e instalação da empresa.

Art. 18. Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 12 de agosto de 1969; 148.º da Independência e 81.º da República. — A. COSTA E SILVA — Antônio Delfim Netto — Hélio Beltrão.

SINOPSE

PROJETO DE LEI DO SENADO N.º 208, DE 1986

Autoriza a admissão, pela Caixa Econômica Federal, dos empregados da Associação de Poupança e Empréstimo de Alagoas — APEAL, Associação de Poupança e Empréstimo de Pernambuco — APEPE, Associação de Poupança e Empréstimo do Rio Grande do Norte — APERN e Caixa Forte — APE, do Piauí, e transformadas em Sociedade de Crédito Imobiliário pelo Banco Central, e dá outras providências.

Apresentado pelo Senhor Senador Nivaldo Machado.

Lido no expediente da Sessão de 17 de setembro de 1986 e publicado no DCN (Seção II) de 18 de setembro de 1986.

Distribuído às Comissões de Constituição e Justiça e de Economia e de Finanças.

Em 18 de setembro de 1986 é lido e aprovado, nesta data, o RQS n.º 476/86, submetido pelo Senhor Senador Nivaldo Machado e outros Líderes, de urgência para a matéria. Passando-se à sua apreciação são emitidos pelos Senhores Senador Octávio Cardoso, os pareceres das CCJ e CE e pelo Senador José Urbano é proferido o parecer da CF, todos favoráveis. Aprovado em 1.º e 2.º turno, à CR. Lido o Parecer n.º 994/86, da Comissão de Redação, relatado pelo Senhor Senador Jorge Kalume, oferecendo a redação final. Aprovada a redação final.

A Câmara dos Deputados com o Ofício
SM/N.º 618

Em 23 de setembro de 1986.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Haroldo Sanford
DD. Primeiro-Secretário da
Câmara dos Deputados

Senhor Primeiro-Secretário:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa
Excelência, a fim de ser submetido à re-
visão da Câmara dos Deputados, nos termos
do art. 58 da Constituição Federal, o Pro-

jeto de Lei do Senado n.º 208, de 1986, cons-
tante dos autógrafos juntos, que "autoriza a
admissão, pela Caixa Econômica Federal,
dos empregados da Associação de Poupança
e Empréstimo de Alagoas — APEAL, Asso-
ciação de Poupança e Empréstimo de Per-
nambuco — APEPE, Associação de Poupan-
ça e Empréstimo do Rio Grande do Norte —
APERN e Caixa Forte — APE, do Piauí, e
transformadas em Sociedade de Crédito
Imobiliário pelo Banco Central, e dá outras
providências".

Aproveito a oportunidade para renovar
a Vossa Excelência os protestos de minha
elevada estima e mais distinta consideração.
— **Jorge Kalume**, Secretário-adjunto.





As Comissões de Constituição e
Justiça, de Trabalho e de Finanças
CÂMARA DOS DEPUTADOS
Em 02.10.86.

M. J.

Inda. Proj. 8291



Suprima-se o art. 2

Faço

Ana Carolina

*Rejeitada a emenda de
plenário; aprovado o projeto;
Em 04.12.86.*



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 8.291-B, de 1986

(Do Senado Federal)

Autoriza a admissão, pela Caixa Econômica Federal, dos empregados da Associação de Poupança e Empréstimo de Alagoas — APEAL, Associação de Poupança e Empréstimo do Rio Grande do Norte — APERN, e Caixa Forte — APE, do Piauí, e transformadas em Sociedade de Crédito Imobiliário pelo Banco Central, e dá outras providências; tendo parecer da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa; e dos relatores designados pela Mesa, em substituição às Comissões de Trabalho e de Finanças, pela aprovação. Pendente de pareceres à emenda de plenário das Comissões de Constituição e Justiça, de Trabalho e de Finanças.

(Projeto de Lei nº 8.291-A, de 1986, emendado em plenário, a que se referem os pareceres.)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º Os empregados da Associação de Poupança e Empréstimo de Alagoas — APEAL, Associação de Poupança e Empréstimo de Pernambuco — APEPE, Associação de Poupança e Empréstimo do Rio Grande do Norte — APERN e Caixa Forte — APE, do Piauí, transformadas em Sociedade de Crédito Imobiliário pelo Banco Central, que se encontravam em efetivo exercício de seus empregos, poderão ser admitidos pela Caixa Econômica Federal, em caráter excepcional, sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho, apro-

vada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1.º de maio de 1943.

§ 1.º As admissões a que se refere este artigo deverão atender às normas para admissão e provimento de cargos estabelecidas pelo regulamento de pessoal da Caixa Econômica Federal, não se lhes aplicando o disposto no caput do art. 5.º do Decreto-lei nº 759, de 12 de agosto de 1969.

§ 2.º A Caixa Econômica Federal — CEF, não será responsável pelo pagamento de salários, gratificações, férias e quaisquer outras vantagens, ou indenizações de qualquer natureza, que sejam devidos pelas referidas empresas.

§ 3.º O tempo de serviço anterior à admissão na Caixa Econômica Federal — CEF, será computado unicamente para fins de aposentadoria, nos termos da legislação específica.

Art. 2.º Para atender às admissões a que se refere o artigo anterior, a Caixa Econômica Federal constituirá o Quadro de Pessoal Suplementar Especial, devidamente estruturado em cargos, carreiras e respectivos níveis salariais, de acordo com os anexos I e II desta lei.

Art. 3.º Para efetivação do ato de admissão autorizado por esta lei, nas condições do art. 1.º, os empregados ingressarão nos níveis iniciais dos cargos de Auxiliar de Escritório e de Auxiliar de Serviços Gerais, das tabelas salariais que constituem os anexos I e II, integrantes do Quadro de Pessoal Suplementar Especial, instituído na forma do artigo anterior e deverão, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias:



I — apresentar comprovação de rescisão de contrato de trabalho com as empresas referidas no art. 1.º, devidamente homologado;

II — apresentar comprovação de quitação com o serviço militar;

III — comprovar o implemento da idade de 18 (dezoito) anos e não-integração das condições para obtenção de aposentadoria previdenciária.

Parágrafo único. Para atendimento do disposto neste artigo, fica autorizado o acréscimo, no Quadro de Pessoal Permanente da Caixa Econômica Federal — CEF, do número de vagas equivalentes ao total dos enquadramentos deferidos.

Art. 4.º Os empregados admitidos na forma desta lei terão direito aos benefícios e vantagens da Caixa Econômica Federal — CEF, exceto os vedados pelo Decreto n.º 89.253, de 28 de dezembro de 1983, para os admitidos após esta data.

Art. 5.º Os empregados admitidos no Quadro de Pessoal Suplementar Especial, de que trata o art. 2.º por decisão da Caixa Econômica Federal — CEF, poderão ser enquadrados no Quadro de Pessoal Permanente, mediante processo seletivo interno, na forma e condições que forem definidas em Resolução da Diretoria.

Art. 6.º Os empregados que forem admitidos pela Caixa Econômica Federal — CEF, nos termos desta lei, terão sua filiação assegurada na Fundação dos Economistas Federais — FUNCEF, desde que atendidas as condições estabelecidas em Regulamento Especial de Plano de Benefícios, a ser elaborado por aquela entidade fechada de previdência privada, e aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência e Assistência Social, na forma da Lei n.º 6.435, de 15 de julho de 1977.

§ 1.º O Regulamento Especial de Plano de Benefícios a ser elaborado pela Fundação dos Economistas Federais — FUNCEF fixará, além das condições básicas a que se refere o art. 31, inciso IV, do Decreto n.º 81.240, de 20 de janeiro de 1978, as formas e condições dos respectivos benefícios de suplementação a serem concedidos.

§ 2.º A constituição de Reservas Atuariais, para fins de cobertura de tempo de serviço anterior à data de admissão na Caixa Econômica Federal — CEF, será de responsabilidade de cada empregado, na forma a ser estabelecida no citado regulamento.

Art. 7.º Os empregados admitidos na forma do art. 1.º desta lei ficam sujeitos às normas legais e regulamentares que regem a política salarial aplicável à Caixa Econômica Federal — CEF.

Art. 8.º A jornada de trabalho dos empregados admitidos na forma do art. 1.º desta lei é a mesma estabelecida para os economistas em geral.

Art. 9.º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10. Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 23 de setembro de 1986.
— José Fragelli, Presidente.

ANEXO I

LEI N.º , DE DE 1986
TABELA SALARIAL

Auxiliar de Escritório

Nível	Salário (Cz\$)	
	8 horas	6 horas
AE190	2.739,00	2.055,00
AE200	2.825,00	2.119,00
AE20A	2.913,00	2.185,00
AE20B	3.004,00	2.253,00
AE20C	3.097,00	2.323,00
AE20D	3.149,00	2.362,00
AE250	3.201,00	2.401,00
AE25A	3.254,00	2.441,00
AE25B	3.308,00	2.481,00
AE25C	3.363,00	2.523,00
AE25D	3.419,00	2.565,00
AE300	3.476,00	2.607,00
AE25A	3.533,00	2.650,00
AE30B	3.592,00	2.694,00
AE30D	3.651,00	2.739,00
AE30D	3.712,00	2.784,00
AE350	3.774,00	2.831,00
AE35A	3.836,00	2.877,00
AE35B	3.900,00	2.925,00
AE35C	3.964,00	2.973,00
AE35D	4.030,00	3.023,00

Tabela válida até 31 de agosto de 1986.



ANEXO II

LEI N.º , DE DE 1986

TABELA SALARIAL

Auxiliar de Serviços Gerais

Nível	Salário (Cz\$)	
	8 horas	6 horas
AH020	1.746,00	1.310,00
AH02A	1.780,00	1.335,00
AH02B	1.815,00	1.362,00
AH02C	1.850,00	1.388,00
AH02D	1.886,00	1.415,00
AH070	1.923,00	1.443,00
AH07A	1.961,00	1.471,00
AH07B	2.000,00	1.500,00
AH07C	2.039,00	1.530,00
AH07D	2.079,00	1.560,00
AH120	2.119,00	1.590,00
AH12A	2.161,00	1.621,00
AH12B	2.203,00	1.653,00
AH12C	2.247,00	1.686,00
AH12D	2.291,00	1.719,00
AH170	2.336,00	1.752,00
AH17A	2.381,00	1.786,00
AH17B	2.428,00	1.821,00
AH17C	2.476,00	1.857,00
AH17D	2.524,00	1.893,00
AH180	2.574,00	1.931,00

Tabela válida até 31 de agosto de 1986.

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO

DECRETO-LEI N.º 5.452
DE 1.º DE MAIO 1943 (1)

Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aprovada a Consolidação das Leis do Trabalho, que a este decreto-

lei acompanha, com as alterações por ela introduzidas na legislação vigente.

Parágrafo único. Continuam em vigor as disposições legais transitórias ou de emergência, bem como as que não tenham aplicação em todo o território nacional.

Art. 2.º O presente decreto-lei entrará em vigor em 10 de novembro de 1943.

Rio de Janeiro, 1.º de maio de 1943; 122.º da Independência e 55.º da República.

LEI N.º 6.435

DE 15 DE JULHO DE 1977

Dispõe sobre as entidades da previdência privada, e dá outras providências.

DECRETO N.º 81.240,

DE 20 DE JANEIRO DE 1978

Regulamenta as disposições da Lei n.º 6.435, de 15 de julho de 1977, relativas às entidades fechadas de previdência privada.

Art. 31. Na elaboração dos planos de benefícios custeados pelas empresas e respectivos empregados, serão observados os seguintes princípios:

I — o auxílio-doença somado ao pago pela previdência social não excederá a média das remunerações percebidas pelos participantes nos 12 (doze) últimos meses;

II — não haverá restrição para os benefícios de invalidez e velhice, respeitados os limites estabelecidos em lei;

III — os pecúlios e auxílios pagos de uma só vez poderão ser constantes ou proporcionais à remuneração, considerada esta como a média das remunerações percebidas nos 12 (doze) últimos meses;

IV — na aposentadoria por tempo de serviço, prevalecerá a idade mínima de 55 (cinquenta e cinco) anos completos e uma remuneração não superior a 3 (três) vezes o teto estabelecido para as contribuições à previdência social, ressalvados a situação dos participantes que ingressaram nos planos antes de 1.º de janeiro de 1978 e o disposto no item V;

V — para a aposentadoria especial a idade mínima será de 53 (cinquenta e três);



51 (cinquenta e um) ou 49 (quarenta e nove) anos, conforme o tempo de serviço exigido pela previdência social, de 25 (vinte e cinco), 20 (vinte) ou 15 (quinze) anos;

VI — a contribuição do participante dos planos de benefícios deverá obedecer às seguintes limitações percentuais, de acordo com os salários de contribuição à previdência social:

a) para remuneração inferior à metade do teto de contribuição: máximo de 3% (três por cento);

b) para a parte da remuneração compreendida entre a metade do teto de contribuição e o próprio teto: máximo de 5% (cinco por cento);

c) para a parte da remuneração excedente do teto: mínimo de 7% (sete por cento);

VII — a saída voluntária e antecipada do participante do plano de benefícios instituído, exceto no caso de cessação do contrato de trabalho, implicará a perda dos benefícios para os quais não foram completadas as contribuições necessárias;

VIII — na hipótese da cessação do contrato de trabalho, o plano de benefícios deverá prever o valor de resgate correspondente, em função da idade e do tempo de contribuição, sendo facultada a manutenção dos pagamentos, acrescidos da parte da empresa, para a continuidade da participação ou a redução dos benefícios em função dos pagamentos efetuados até a data daquela cessação.

§ 1.º Os benefícios permitidos pela legislação e não enquadrados nos itens IV e V serão custeados exclusivamente pelos participantes, na forma que for estabelecida nos respectivos planos.

§ 2.º No caso do item VII, o participante terá direito à restituição parcial das contribuições vertidas, com correção monetária, de acordo com as normas estabelecidas no próprio plano, não inferior a 50% (cinquenta por cento) do montante apurado.

DECRETO-LEI Nº 759,
DE 12 DE AGOSTO DE 1969

Autoriza o Poder Executivo a constituir a empresa pública Caixa Econômica Federal e dá outras providências.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o § 1.º do artigo

2.º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1969, decreta:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a constituir a Caixa Econômica Federal — CEF, instituição financeira sob a forma de empresa pública, dotada de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio e autonomia administrativa, vinculada ao Ministério da Fazenda.

Parágrafo único. A CEF terá sede e foro na Capital da República com jurisdição em todo o território nacional.

Art. 2.º A CEF terá por finalidade:

a) receber em depósito sob a garantia da União, economias populares, incentivando os hábitos de poupança;

b) conceder empréstimos e financiamentos de natureza assistencial, cooperando com as entidades de direito público e privado na solução dos problemas sociais e econômicos;

c) operar no setor habitacional, como sociedade de crédito imobiliário e principal agente do Banco Nacional de Habitação, com o objetivo de facilitar e promover a aquisição de casa própria, especialmente pelas classes de menor renda da população;

d) explorar, com exclusividade, os serviços da Loteria Federal do Brasil e da Loteria Esportiva Federal nos termos da legislação pertinente;

e) exercer o monopólio das operações sobre penhores civis, com caráter permanente e de continuidade;

f) prestar serviços que se adaptem à sua estrutura de natureza financeira, delegados pelo Governo Federal ou por convênio com outras entidades ou empresas.

Parágrafo único. A CEF poderá, observadas as condições estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional, realizar quaisquer outras operações no mercado de capital, restrita a subscrição para revenda e a distribuição no mercado de títulos ou valores mobiliários aos papéis emitidos por pessoas jurídicas de direito público, empresas públicas e sociedades de economia mista.

Art. 3.º O capital inicial da CEF pertencerá integralmente à União e será constituído pelo total do patrimônio líquido do Conselho Superior das Caixas Econômicas



Federais e de todas as Caixas Econômicas Federais ora existentes, devidamente avaliados e cujo montante se estabelecerá através de ato do Ministro da Fazenda.

Art. 4.º O patrimônio da CEF será constituído pelo acervo de todas as Caixas Econômicas Federais e do seu Conselho Superior, incluídos em tal acervo os haveres, direitos, obrigações e ações, bens móveis e imóveis, documentos e papéis de seu arquivo que lhe serão automaticamente incorporados.

Art. 5.º O pessoal da CEF será obrigatoriamente admitido mediante concurso público de provas ou de provas e títulos.

§ 1.º O regime legal do pessoal da CEF será o da Consolidação das Leis Trabalhistas.

§ 2.º Poderão eventualmente ser requisitados pela CEF servidores dos quadros do serviço público federal, das autarquias federais, ou das empresas públicas e sociedade de economia mista, exclusivamente para o exercício de funções técnicas mediante o ressarcimento, pela CEF aos órgãos de origem ou entidades de origem, dos proventos globais a que fizerem jus os servidores requisitados.

Art. 6.º Como instituição integrante do Sistema Financeiro Nacional, a CEF estará sujeita às normas gerais, às decisões e à disciplina normativa estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional e à fiscalização do Banco Central do Brasil.

Art. 7.º Os recursos das Agências Estaduais da CEF serão aplicados obrigatoriamente nas respectivas jurisdições, de forma proporcional aos depósitos ali captados e aos resultados da venda de bilhetes da loteria no Estado.

Parágrafo único. Tendo em vista a instalação de novas Agências ou Filiais e o desenvolvimento dos negócios da empresa, poderão ser feitas aplicações, até o limite de 10% (dez por cento) das aplicações totais da CEF, em áreas diversas da origem dos depósitos.

Art. 8.º Os diretores da CEF, respeitados os princípios da legislação em vigor, serão solidariamente responsáveis pelos prejuízos ou danos causados pelo não cumprimento das obrigações ou deveres impostos pela lei ou regulamentos que lhes definam os encargos e atribuições.

Art. 9.º Os estatutos da CEF, expedidos pelo Ministro da Fazenda e aprovados por decreto do Presidente da República, estabelecerão a constituição, atribuições e funcionamento dos órgãos que compõem sua estrutura básica.

Parágrafo único. Tanto na elaboração dos estatutos, quanto na implantação da estrutura geral e normas de funcionamento da CEF, serão observados, entre outros, os seguintes princípios fundamentais:

I — programação e coordenação das atividades em todos os níveis administrativos;

II — desconcentração da autoridade executiva, objetivando encurtar os canais processuais e assegurar rapidez à solução das operações;

III — descentralização e desburocratização dos serviços e operações, eliminando-se as tramitações desnecessárias e os controles supérfluos;

IV — economia dos gastos administrativos, reduzindo-se as despesas de pessoal ao estritamente necessário;

V — simplificação das estruturas, evitando-se o excesso de chefias e níveis hierárquicos;

VI — incentivo ao aumento de produtividade de seus serviços.

Art. 10. Os resultados da exploração da Loteria Federal e da Loteria Esportiva Federal que couberem à CEF como executora desses serviços públicos serão destinados ao fortalecimento do patrimônio da empresa vedada sua aplicação no custeio de despesas correntes.

§ 1.º A CEF terá direito a uma comissão de venda a título de remuneração fixa pelos serviços de distribuição nacional dos bilhetes de loteria, cujo saldo líquido será anualmente levado à conta do Fundo de Reserva, para futuro aproveitamento em aumentos de capital.

§ 2.º A CEF contabilizará em separado todas as operações relativas à exploração dos serviços da Loteria Federal e da Loteria Esportiva Federal, não podendo os resultados financeiros decorrentes dessa exploração, inclusive os referidos no parágrafo anterior, ser considerados sob forma alguma para o cálculo de gratificações e de quaisquer vantagens devidas a empregados ou administradores.



§ 2.º O limite máximo para as despesas efetivas de custeio e manutenção dos serviços lotéricos e para a comissão de venda referida no § 1.º assim como as normas sobre a contabilização da renda líquida decorrente da exploração dos mesmos serviços serão estabelecidos em regulamento.

Art. 11. Fica vedado às instituições financeiras em geral e a quaisquer outras empresas, ressalvadas as Caixas Econômicas Estaduais já em funcionamento, o uso da denominação "Caixa Econômica".

Art. 12. As atuais Caixas Econômicas Estaduais não poderão realizar operações vedadas à CEF.

Art. 13. Considerar-se-ão extintos em 31 de dezembro de 1970 o Conselho Superior das Caixas Econômicas Federais e as Caixas Econômicas Federais dos Estados e no Distrito Federal.

Art. 14. Os atuais servidores do Conselho Superior e das Caixas Econômicas Federais serão aproveitados como empregados da CEF, de preferências nas respectivas jurisdições, em conformidade com o que for estabelecido pelo Poder Executivo.

Parágrafo único. Os dispositivos do art. 461 do Decreto-lei n.º 5.452, de 1.º de maio de 1943, não prevalecerão para efeito de equiparação entre os novos empregados da CEF e os antigos servidores dos órgãos públicos indicados neste artigo.

Art. 15. O Poder Executivo poderá baixar os atos que se fizerem necessários a assegurar a continuidade administrativa do Conselho Superior e dos Conselhos Administrativos das Caixas Econômicas Federais, em fase de extinção bem como antecipar a extinção prevista no art. 13.

Art. 16. Os depósitos judiciais em dinheiro relativos a processos de competência dos juizes federais serão obrigatoriamente feitos na CEF, ficando sujeitos à correção monetária a contar do segundo trimestre civil posterior à data do depósito, ressalvadas as disposições legais que fixem o momento anterior para essa correção.

Art. 17. Fica constituído a partir da data deste decreto-lei o Fundo de Instalação da CEF, que será administrado e aplicado de acordo com instruções baixadas pelo Ministro da Fazenda.

§ 1.º O Fundo a que se refere este artigo receberá, entre outras contribuições, depósitos correspondentes à percentagem que

vier a ser fixada em regulamento sobre o preço do plano de cada bilhete de loteria vendido pelas agências das Caixas Econômicas Federais nos Estados e no Distrito Federal.

§ 2.º Os recursos do Fundo criado por este artigo serão aplicados na aquisição ou construção de prédio destinado aos serviços centrais da CEF, bem como para pagamento de serviços e materiais indispensáveis à criação e instalação da empresa.

Art. 18. Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 12 de agosto de 1969; 148.º da Independência e 81.º da República. — A. COSTA E SILVA — Antônio Delfim Netto — Hélio Beltrão.

SINOPSE

PROJETO DE LEI DO SENADO N.º 208, DE 1986

Autoriza a admissão, pela Caixa Econômica Federal, dos empregados da Associação de Poupança e Empréstimo de Alagoas — APEAL, Associação de Poupança e Empréstimo de Pernambuco — APEPE, Associação de Poupança e Empréstimo do Rio Grande do Norte — APERN e Caixa Forte — APE, do Piauí, e transformadas em Sociedade de Crédito Imobiliário pelo Banco Central, e dá outras providências.

Apresentado pelo Senhor Senador Nivaldo Machado.

Lido no expediente da Sessão de 17 de setembro de 1986 e publicado no DCN (Seção II) de 18 de setembro de 1986.

Distribuído às Comissões de Constituição e Justiça e de Economia e de Finanças.

Em 18 de setembro de 1986 é lido e aprovado, nesta data, o RQS n.º 476/86, subscrito pelo Senhor Senador Nivaldo Machado e outros Líderes, de urgência para a matéria. Passando-se à sua apreciação são emitidos pelos Senhores Senador Octávio Cardoso, os pareceres das CCJ e CE e pelo Senador José Urbano é proferido o parecer da CF, todos favoráveis. Aprovado em 1.º e 2.º turno, à CR. Lido o Parecer n.º 994/86, da Comissão de Redação, relatado pelo Senhor Senador Jorge Kalume, oferecendo a redação final. Aprovada a redação final.



A Câmara dos Deputados com o Ofício SM/N.º 618

Em 23 de setembro de 1986.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Haroldo Sanford
DD. Primeiro-Secretário da
Câmara dos Deputados

Senhor Primeiro-Secretário:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à revisão da Câmara dos Deputados, nos termos do art. 58 da Constituição Federal, o Projeto de Lei do Senado n.º 208, de 1986, constante dos autógrafos juntos, que "autoriza a admissão, pela Caixa Econômica Federal, dos empregados da Associação de Poupança e Empréstimo de Alagoas — APEAL, Associação de Poupança e Empréstimo de Pernambuco — APEPE, Associação de Poupança e Empréstimo do Rio Grande do Norte — APERN e Caixa Forte — APE, do Piauí, e transformadas em Sociedade de Crédito Imobiliário pelo Banco Central, e dá outras providências".

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos de minha elevada estima e mais distinta consideração.
— Jorge Kalume, Secretário-adjunto.

PARECER DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO e JUSTIÇA

I — Relatório

Vem ao turno constitucional de revisão, na feitura das leis, previsto pelo art. 58 da Lei Maior, esta proposição que autoriza a admissão, pela Caixa Econômica Federal, dos empregados de Associações de Poupança e Empréstimo dos Estados de Alagoas, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Piauí, que menciona, que foram transformadas em Sociedades de Crédito Imobiliário pelo Banco Central.

Essas admissões deverão obedecer aos critérios fixados para admissão e provimentos de cargos pelo regulamento de pessoal da CEF, não sendo a entidade responsável pelo pagamento de salários, férias, gratificações e outros encargos que sejam devidos a título da relação empregatícia anterior.

São previstas, ainda, outras condições a serem observadas e que dizem respeito a direitos e vantagens.

É o relatório.

II — Voto do Relator

Trata-se de proposição meramente autorizativa e este órgão técnico, em inúmeras oportunidades, tem entendido ser válida a tramitação, nessas hipóteses, desde que, como é o caso, se trate de matéria da competência legislativa da União (art. 8.º, item XVII, alínea a, da Lei Maior) e da atribuição do Congresso (art. 43, caput, da Carta Magna).

Não há reparos quanto à técnica legislativa utilizada.

Diante do acima exposto, voto pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa deste Projeto de Lei n.º 8.291, de 1986, oriundo do Senado Federal, e que autoriza a admissão, pela Caixa Econômica Federal, dos empregados da Associação de Poupança e Empréstimo de Alagoas — APEAL, Associação de Poupança e Empréstimo de Pernambuco — APEPE, Associação de Poupança e Empréstimo do Rio Grande do Norte — APERN, e Caixa Forte — APE, do Piauí, e transformadas em Sociedade de Crédito Imobiliário pelo Banco Central, e dá outras providências.

Sala da Comissão, 26 de novembro de 1986. — Nilson Gibson, Relator

III — Parecer da Comissão

A Comissão de Constituição e Justiça, em reunião ordinária de sua Turma "B" realizada hoje, opinou unanimemente pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei n.º 8.291/86, nos termos do parecer do relator.

Estiveram presentes os Senhores Deputados: Theodoro Mendes, Presidente; Guido Moesch, Vice-Presidente; Egidio Ferreira Lima, Renato Vianna, João Augusto, Paulo Xavier, Gorgônio Neto, Hamilton Xavier, Rondon Pacheco, Roberto Jefferson, Francisco Amaral, Nilson Gibson, Pedro Colin e Nelson Morro.

Sala da Comissão, 26 de novembro de 1986. — Theodoro Mendes, Presidente — Nilson Gibson, Relator.

PARECER DO RELATOR DESIGNADO PELA MESA, EM SUBSTITUIÇÃO A COMISSÃO DE TRABALHO

O Sr. Francisco Amaral (PMDB-SP. Sem revisão do orador.) — Cabe exame, pela Comissão de Trabalho, deste projeto que autoriza a admissão, pela Caixa Econômica Federal, de empregados da Associação de Poupança e Empréstimo dos Estados de



Alagoas, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Piauí.

A Comissão de Constituição e Justiça da Casa já considerou a proposição, que é autorizativa, constitucional, jurídica e de boa técnica legislativa.

Este projeto é repetição de outros semelhantes que buscaram dar destino a empregados atingidos por medidas governamentais de extinção, incorporação ou qualquer outra modalidade de desaparecimento de empresas empregadoras do sistema financeiro brasileiro.

Como foi a nossa opinião sobre os outros projetos, entendemos este também oportuno e válido.

Pela aprovação.

Sala das Sessões, 1.º de dezembro de 1986.
— **Francisco Amaral.**

**PARECER DO RELATOR DESIGNADO
PELA MESA, EM SUBSTITUIÇÃO A
COMISSÃO DE FINANÇAS**

O Sr. Vicente Guabiroba (PDS-MG. Lê o seguinte parecer.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Projeto de Lei n.º 8.291-A, de 1986, autoriza a admissão pela Caixa Econômica Federal dos empregados da Associação de Poupança e Empréstimo de Alagoas e outros estabelecimentos. Compete à Comissão de Finanças estudar as implicações financeiras do referido projeto. Podemos informar que essas despesas estão previstas no projeto, razão por que nosso parecer é pela aprovação.

**EMENDA OFERECIDA EM PLENÁRIO
AO PROJETO DE LEI N.º 8.291, DE 1986**
Suprima-se o art. 2.º

Sala das Sessões, . — **Amaral Netto.**

Lote: 62
Caixa: 229

PL N.º 8291/1986

66

RECEB
MENSAGEM Nº 28



EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA

O PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS tem a honra de enviar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso Projeto de Lei, do Congresso Nacional, que "autoriza a admissão, pela Caixa Econômica Federal, dos empregados da Associação de Poupança e Empréstimo de Alagoas - APEAL, Associação de Poupança e Empréstimo de Pernambuco - APEPE, Associação de Poupança e Empréstimo do Rio Grande do Norte - APERN e Caixa Forte - APE, do Piauí, e transformadas em Sociedade de Crédito Imobiliário pelo Banco Central, e dá outras providências".

CÂMARA DOS DEPUTADOS, EM 09 DE DEZEMBRO de 1986.



Brasília, 09 de dezembro de 1986.

Nº 481

Comunica remessa do Projeto
de Lei nº 8.291-C, de 1986,
à sanção.

Senhor Secretário,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência, para que se digne levar ao conhecimento do Senado Federal, que a Câmara dos Deputados aprovou, sem emendas, o Projeto de Lei nº 8.291-C, de 1986, dessa Casa do Congresso Nacional, que "autoriza a admissão, pela Caixa Econômica Federal, dos empregados da Associação de Poupança e Empréstimo de Alagoas - APEAL, Associação de Poupança e Empréstimo de Pernambuco - APEPE, Associação de Poupança e Empréstimo do Rio Grande do Norte - APERN e Caixa Forte - APE, do Piauí, e transformadas em Sociedade de Crédito Imobiliário pelo Banco Central, e dá outras providências".

Outrossim, informo a Vossa Excelência que a referida proposição foi, nesta data, enviada à sanção.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha alta estima e distinta consideração.


HAROLDO SANFORD
Primeiro Secretário

A Sua Excelência o Senhor
Senador ENÉAS FARIA
DD. Primeiro Secretário do Senado Federal
N E S T A

jb/.



Autoriza a admissão, pela Caixa Econômica Federal, dos empregados da Associação de Poupança e Empréstimo de Alagoas - APEAL, Associação de Poupança e Empréstimo de Pernambuco - APEPE, Associação de Poupança e Empréstimo do Rio Grande do Norte - APERN e Caixa Forte - APE, do Piauí, e transformadas em Sociedade de Crédito Imobiliário pelo Banco Central, e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º - Os empregados da Associação de Poupança e Empréstimo de Alagoas - APEAL, Associação de Poupança e Empréstimo de Pernambuco - APEPE, Associação de Poupança e Empréstimo do Rio Grande do Norte - APERN e Caixa Forte - APE, do Piauí, transformadas em Sociedade de Crédito Imobiliário pelo Banco Central, que se encontravam em efetivo exercício de seus empregos, poderão ser admitidos pela Caixa Econômica Federal, em caráter excepcional, sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

§ 1º - As admissões a que se refere este artigo deverão atender às normas para admissão e provimento de cargos estabelecidas pelo regulamento de pessoal da Caixa Econômica Federal, não se lhes aplicando o disposto no caput do art. 5º do Decreto-lei nº 759, de 12 de agosto de 1969.

§ 2º - A Caixa Econômica Federal - CEF não será responsável pelo pagamento de salários, gratificações, férias e quaisquer outras vantagens, ou indenizações de qualquer natureza, que sejam devidos pelas referidas empresas.

§ 3º - O tempo de serviço anterior à admissão na Caixa Econômica Federal - CEF será computado unicamente para fins de aposentadoria, nos termos da legislação específica.



2.

Art. 2º - Para atender às admissões a que se refere o artigo anterior, a Caixa Econômica Federal constituirá o Quadro de Pessoal Suplementar Especial, devidamente estruturado em cargos, carreiras e respectivos níveis salariais, de acordo com os anexos I e II desta lei.

Art. 3º - Para efetivação do ato de admissão autorizado por esta lei, nas condições do art. 1º, os empregados ingressarão nos níveis iniciais dos cargos de Auxiliar de Escritório e de Auxiliar de Serviços Gerais, das tabelas salariais que constituem os Anexos I e II, integrantes do Quadro de Pessoal Suplementar Especial, instituído na forma do artigo anterior e deverão, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias:

I - apresentar comprovação de rescisão de contrato de trabalho com as empresas referidas no art. 1º, devidamente homologado;

II - apresentar comprovação de quitação com o serviço militar;

III - comprovar o implemento da idade de 18 (dezoito) anos e a não-integração das condições para obtenção de aposentadoria previdenciária.

Parágrafo Único - Para atendimento do disposto neste artigo, fica autorizado o acréscimo, no Quadro de Pessoal Permanente da Caixa Econômica Federal - CEF, do número de vagas equivalentes ao total dos enquadramentos deferidos.

Art. 4º - Os empregados admitidos na forma desta lei terão direito aos benefícios e vantagens da Caixa Econômica Federal - CEF, exceto os vedados pelo Decreto nº 89.253, de 28 de dezembro de 1983, para os admitidos após essa data.

Art. 5º - Os empregados admitidos no Quadro de Pessoal Suplementar Especial, de que trata o art. 2º, por decisão da Caixa Econômica Federal - CEF, poderão ser enquadrados no Quadro de Pessoal Permanente, mediante processo seletivo interno, na forma e condições que forem definidas em Resolução da Diretoria.

Art. 6º - Os empregados que forem admitidos pela Caixa Econômica Federal - CEF, nos termos desta lei, terão sua filiação assegurada na Fundação dos Economiários Federais - FUNCEF, desde que



3.

atendidas as condições estabelecidas em Regulamento Especial de Plano de Benefícios, a ser elaborado por aquela entidade fechada de previdência privada, e aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência e Assistência Social, na forma da Lei nº 6.435, de 15 de julho de 1977.

§ 1º - O Regulamento Especial de Plano de Benefícios a ser elaborado pela Fundação dos Economiários Federais - FUNCEF fixará, além das condições básicas a que se refere o art. 31, inciso IV, do Decreto nº 81.240, de 20 de janeiro de 1978, as formas e condições dos respectivos benefícios de suplementação a serem concedidos.

§ 2º - A constituição de Reservas Atuariais, para fins de cobertura de tempo de serviço anterior à data de admissão na Caixa Econômica Federal - CEF, será de responsabilidade de cada empregado, na forma a ser estabelecida no citado regulamento.

Art. 7º - Os empregados admitidos na forma do art. 1º desta lei ficam sujeitos às normas legais e regulamentares que regem a política salarial aplicável à Caixa Econômica Federal - CEF.

Art. 8º - A jornada de trabalho dos empregados admitidos na forma do art. 1º desta lei é a mesma estabelecida para os economiários em geral.

Art. 9º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10 - Revogam-se as disposições em contrário.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, em 09 de dezembro de 1986.



ANEXO I

(Lei nº , de de 198)

TABELA SALARIAL
AUXILIAR DE ESCRITÓRIO

NÍVEL	SALÁRIO (Cz\$)	
	8 horas	6 horas
AE190	2.739,00	2.055,00
AE200	2.825,00	2.119,00
AE20A	2.913,00	2.185,00
AE20B	3.004,00	2.253,00
AE20C	3.097,00	2.323,00
AE20D	3.149,00	2.362,00
AE250	3.201,00	2.401,00
AE25A	3.254,00	2.441,00
AE25B	3.308,00	2.481,00
AE25C	3.363,00	2.523,00
AE25D	3.419,00	2.565,00
AE300	3.476,00	2.607,00
AE30A	3.533,00	2.650,00
AE30B	3.592,00	2.694,00
AE30C	3.651,00	2.739,00
AE30D	3.712,00	2.784,00
AE350	3.774,00	2.831,00
AE35A	3.836,00	2.877,00
AE35B	3.900,00	2.925,00
AE35C	3.964,00	2.973,00
AE35D	4.030,00	3.023,00

TABELA VÁLIDA ATÉ 31 DE AGOSTO DE 1986.

TABELA VÁLIDA ATÉ 31 DE AGOSTO DE 1986.



Aviso nº 1030-SUPAR.

Em 22 de dezembro de 1986.

Excelentíssimo Senhor Primeiro Secretário:

Tenho a honra de encaminhar a essa Secretaria a Mensagem com a qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República restitui dois autógrafos do texto que se converteu na Lei nº 7.564, de 19 de dezembro de 1986.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protestos de elevada estima e consideração.

MARCO MACIEL
Ministro Chefe do Gabinete Civil

A Sua Excelência o Senhor
Deputado HAROLDO SANFORD
DD. Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados
BRASÍLIA-DF.

Ciente. Encaminha-se com os autógrafos
ao Senado Federal. Segue-se. Esp. 29.12.86.

[Handwritten signature]



MENSAGEM Nº 803

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS:

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que acabo de sancionar o projeto de lei que "autoriza a admissão, pe la Caixa Econômica Federal, dos empregados da Associação de Poupança e Empréstimo de Alagoas - APEAL, Associação de Poupança e Empréstimo de Pernambuco - APEPE, Associação de Poupança e Empréstimo do Rio Grande do Norte - APERN e Caixa Forte - APE, do Piauí, e transformadas em Sociedade de Crédito Imobiliário pelo Banco Central, e dá outras providências". Para o arquivo do Congresso Nacional, restituo, nesta oportunidade, dois autógrafos do texto ora convertido na Lei nº 7.564, de 19 de dezembro de 1986.

Brasília, em 22 de dezembro de 1986.

[Handwritten signature]



Lei N.º 7.564 , de 19 de dezembro de 1986.

Autoriza a admissão, pela Caixa Econômica Federal, dos empregados da Associação de Poupança e Empréstimo de Alagoas - APEAL, Associação de Poupança e Empréstimo de Pernambuco - APEPE, Associação de Poupança e Empréstimo do Rio Grande do Norte - APERN e Caixa Forte - APE, do Piauí, e transformadas em Sociedade de Crédito Imobiliário pelo Banco Central, e dá outras providências.

O Presidente da República

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Os Empregados da Associação de Poupança e Empréstimo de Alagoas - APEAL, Associação de Poupança e Empréstimo de Pernambuco - APEPE, Associação de Poupança e Empréstimo do Rio Grande do Norte - APERN e Caixa Forte - APE, do Piauí, transformadas em Sociedade de Crédito Imobiliário pelo Banco Central, que se encontravam em efetivo exercício de seus empregos, poderão ser admitidos pela Caixa Econômica Federal, em caráter excepcional, sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

§. 1º - As admissões a que se refere este artigo deverão atender às normas para admissão e provimento de cargos estabelecidas pelo regulamento de pessoal da Caixa Econômica Federal, não se lhes aplicando o disposto no caput do art. 5º do Decreto-lei nº 759, de 12 de agosto de 1969.



§ 2º - A Caixa Econômica Federal - CEF não será responsável pelo pagamento de salários, gratificações, férias e quaisquer outras vantagens, ou indenizações de qualquer natureza, que sejam devidos pelas referidas empresas.

§ 3º - O tempo de serviço anterior à admissão na Caixa Econômica Federal - CEF será computado unicamente para fins de aposentadoria, nos termos da legislação específica.

Art. 2º - Para atender às admissões a que se refere o artigo anterior, a Caixa Econômica Federal constituirá o Quadro de Pessoal Suplementar Especial, devidamente estruturado em cargos, carreiras e respectivos níveis salariais, de acordo com os Anexos I e II desta Lei.

Art. 3º - Para efetivação do ato de admissão autorizado por esta Lei, nas condições do art. 1º, os empregados ingressarão nos níveis iniciais dos cargos de Auxiliar de Escritório e Auxiliar de Serviços Gerais, das tabelas salariais que constituem os Anexos I e II, integrantes do Quadro de Pessoal Suplementar Especial, instituído na forma do artigo anterior e deverão, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias:

I - apresentar comprovação de rescisão de contrato de trabalho com as empresas referidas no art. 1º, devidamente homologado;

II - apresentar comprovação de quitação com o serviço militar;

III - comprovar o implemento da idade de 18 (dezoito) anos e a não-integração das condições para obtenção de aposentadoria previdenciária.

Parágrafo Único - Para atendimento do disposto neste artigo, fica autorizado o acréscimo, no Quadro de Pessoal Permanente da Caixa Econômica Federal - CEF, do número de vagas equivalentes ao total dos enquadramentos deferidos.



Art. 4º - Os empregados admitidos na forma desta Lei terão direito aos benefícios e vantagens da Caixa Econômica Federal - CEF, exceto os vedados pelo Decreto nº 89.253, de 28 de dezembro de 1983, para os admitidos após essa data.

Art. 5º - Os empregados admitidos no Quadro de Pessoal Suplementar Especial, de que trata o art. 2º, por decisão da Caixa Econômica Federal - CEF, poderão ser enquadrados no Quadro de Pessoal Permanente, mediante processo seletivo interno, na forma e condições que forem definidas em Resolução da Diretoria.

Art. 6º - Os empregados que forem admitidos pela Caixa Econômica Federal - CEF, nos termos desta Lei, terão sua filiação assegurada na Fundação dos Economiários Federais - FUNCEF, desde que atendidas as condições estabelecidas em Regulamento Especial de Plano de Benefícios, a ser elaborado por aquela entidade fechada de previdência privada, e aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência e Assistência Social, na forma da Lei nº 6.435, de 15 de julho de 1977.

§ 1º - O Regulamento Especial de Plano de Benefícios a ser elaborado pela Fundação dos Economiários Federais - FUNCEF fixará, além das condições básicas a que se refere o art. 31, inciso IV, do Decreto nº 81.240, de 20 de janeiro de 1978, as formas e condições dos respectivos benefícios de suplementação a serem concedidos.

§ 2º - A constituição de Reservas Atuariais, para fins de cobertura de tempo de serviço anterior à data de admissão na Caixa Econômica Federal - CEF, será de responsabilidade de cada empregado, na forma a ser estabelecida no citado regulamento.

Art. 7º - Os empregados admitidos na forma do art. 1º desta Lei ficam sujeitos às normas legais e regulamentares que regem a política salarial aplicável à Caixa Econômica Federal - CEF.



Art. 8º - A jornada de trabalho dos empregados admitidos na forma do art. 1º desta Lei é a mesma estabelecida para os economiários em geral.

Art. 9º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10 - Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, em 19 de dezembro de 1986;
165º da Independência e 98º da República.

M. Lamey



ANEXO I

(Lei nº 7.564, de 19 de dezembro de 1986.)

TABELA SALARIAL
AUXILIAR DE ESCRITÓRIO

N Í V E L	S A L Á R I O (Cz\$)	
	8 horas	6 horas
AE190	2.739,00	2.055,00
AE200	2.825,00	2.119,00
AE20A	2.913,00	2.185,00
AE20B	3.004,00	2.253,00
AE20C	3.097,00	2.323,00
AE20D	3.149,00	2.362,00
AE250	3.201,00	2.401,00
AE25A	3.254,00	2.441,00
AE25B	3.308,00	2.481,00
AE25C	3.363,00	2.523,00
AE25D	3.419,00	2.565,00
AE300	3.476,00	2.607,00
AE30A	3.533,00	2.650,00
AE30B	3.592,00	2.694,00
AE30C	3.651,00	2.739,00
AE30D	3.712,00	2.784,00
AE350	3.774,00	2.831,00
AE35A	3.836,00	2.877,00
AE35B	3.900,00	2.925,00
AE35C	3.964,00	2.973,00
AE35D	4.030,00	3.023,00

TABELA VÁLIDA ATÉ 31 DE AGOSTO DE 1986.



ANEXO II

(Lei nº 7.564, de 19 de dezembro de 1986.)

TABELA SALARIAL
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

N Í V E L	S A L Á R I O (Cz\$)	
	8 horas	6 horas
AH020	1.746,00	1.310,00
AH02A	1.780,00	1.335,00
AH02B	1.815,00	1.362,00
AH02C	1.850,00	1.388,00
AH02D	1.886,00	1.415,00
AH070	1.923,00	1.443,00
AH07A	1.961,00	1.471,00
AH07B	2.000,00	1.500,00
AH07C	2.039,00	1.530,00
AH07D	2.079,00	1.560,00
AH120	2.119,00	1.590,00
AH12A	2.161,00	1.621,00
AH12B	2.203,00	1.653,00
AH12C	2.247,00	1.686,00
AH12D	2.291,00	1.719,00
AH170	2.336,00	1.752,00
AH17A	2.381,00	1.786,00
AH17B	2.428,00	1.821,00
AH17C	2.476,00	1.857,00
AH17D	2.524,00	1.893,00
AH180	2.574,00	1.931,00

TABELA VÁLIDA ATÉ 31 DE AGOSTO DE 1986.



*Autoriza
de 19.12.86
1/11/1987*

Autoriza a admissão, pela Caixa Econômica Federal, dos empregados da Associação de Poupança e Empréstimo de Alagoas - APEAL, Associação de Poupança e Empréstimo de Pernambuco - APEPE, Associação de Poupança e Empréstimo do Rio Grande do Norte - APERN e Caixa Forte - APE, do Piauí, e transformadas em Sociedade de Crédito Imobiliário pelo Banco Central, e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º - Os empregados da Associação de Poupança e Empréstimo de Alagoas - APEAL, Associação de Poupança e Empréstimo de Pernambuco - APEPE, Associação de Poupança e Empréstimo do Rio Grande do Norte - APERN e Caixa Forte - APE, do Piauí, transformadas em Sociedade de Crédito Imobiliário pelo Banco Central, que se encontravam em efetivo exercício de seus empregos, poderão ser admitidos pela Caixa Econômica Federal, em caráter excepcional, sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

§ 1º - As admissões a que se refere este artigo deverão atender às normas para admissão e provimento de cargos estabelecidas pelo regulamento de pessoal da Caixa Econômica Federal, não se lhes aplicando o disposto no caput do art. 5º do Decreto-lei nº 759, de 12 de agosto de 1969.

§ 2º - A Caixa Econômica Federal - CEF não será responsável pelo pagamento de salários, gratificações, férias e quaisquer outras vantagens, ou indenizações de qualquer natureza, que sejam devidos pelas referidas empresas.

§ 3º - O tempo de serviço anterior à admissão na Caixa Econômica Federal - CEF será computado unicamente para fins de aposentadoria, nos termos da legislação específica.



2.

Art. 2º - Para atender às admissões a que se refere o artigo anterior, a Caixa Econômica Federal constituirá o Quadro de Pessoal Suplementar Especial, devidamente estruturado em cargos, carreiras e respectivos níveis salariais, de acordo com os anexos I e II desta lei.

Art. 3º - Para efetivação do ato de admissão autorizado por esta lei, nas condições do art. 1º, os empregados ingressarão nos níveis iniciais dos cargos de Auxiliar de Escritório e de Auxiliar de Serviços Gerais, das tabelas salariais que constituem os Anexos I e II, integrantes do Quadro de Pessoal Suplementar Especial, instituído na forma do artigo anterior e deverão, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias:

I - apresentar comprovação de rescisão de contrato de trabalho com as empresas referidas no art. 1º, devidamente homologado;

II - apresentar comprovação de quitação com o serviço militar;

III - comprovar o implemento da idade de 18 (dezoito) anos e a não-integração das condições para obtenção de aposentadoria previdenciária.

Parágrafo único - Para atendimento do disposto neste artigo, fica autorizado o acréscimo, no Quadro de Pessoal Permanente da Caixa Econômica Federal - CEF, do número de vagas equivalentes ao total dos enquadramentos deferidos.

Art. 4º - Os empregados admitidos na forma desta lei terão direito aos benefícios e vantagens da Caixa Econômica Federal - CEF, exceto os vedados pelo Decreto nº 89.253, de 28 de dezembro de 1983, para os admitidos após essa data.

Art. 5º - Os empregados admitidos no Quadro de Pessoal Suplementar Especial, de que trata o art. 2º, por decisão da Caixa Econômica Federal - CEF, poderão ser enquadrados no Quadro de Pessoal Permanente, mediante processo seletivo interno, na forma e condições que forem definidas em Resolução da Diretoria.

Art. 6º - Os empregados que forem admitidos pela Caixa Econômica Federal - CEF, nos termos desta lei, terão sua filiação assegurada na Fundação dos Economistas Federais - FUNCEF, desde que



3.

atendidas as condições estabelecidas em Regulamento Especial de Plano de Benefícios, a ser elaborado por aquela entidade fechada de previdência privada, e aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência e Assistência Social, na forma da Lei nº 6.435, de 15 de julho de 1977.

§ 1º - O Regulamento Especial de Plano de Benefícios a ser elaborado pela Fundação dos Economiários Federais - FUNCEF fixará, além das condições básicas a que se refere o art. 31, inciso IV, do Decreto nº 81.240, de 20 de janeiro de 1978, as formas e condições dos respectivos benefícios de suplementação a serem concedidos.

§ 2º - A constituição de Reservas Atuariais, para fins de cobertura de tempo de serviço anterior à data de admissão na Caixa Econômica Federal - CEF, será de responsabilidade de cada empregado, na forma a ser estabelecida no citado regulamento.

Art. 7º - Os empregados admitidos na forma do art. 1º desta lei ficam sujeitos às normas legais e regulamentares que regem a política salarial aplicável à Caixa Econômica Federal - CEF.

Art. 8º - A jornada de trabalho dos empregados admitidos na forma do art. 1º desta lei é a mesma estabelecida para os economiários em geral.

Art. 9º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10 - Revogam-se as disposições em contrário.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, em 09 de dezembro de 1986.



ANEXO I

(Lei nº , de de de 198)

TABELA SALARIAL
AUXILIAR DE ESCRITÓRIO

N Í V E L	S A L Á R I O (Cz\$)	
	8 horas	6 horas
AE190	2.739,00	2.055,00
AE200	2.825,00	2.119,00
AE20A	2.913,00	2.185,00
AE20B	3.004,00	2.253,00
AE20C	3.097,00	2.323,00
AE20D	3.149,00	2.362,00
AE250	3.201,00	2.401,00
AE25A	3.254,00	2.441,00
AE25B	3.308,00	2.481,00
AE25C	3.363,00	2.523,00
AE25D	3.419,00	2.565,00
AE300	3.476,00	2.607,00
AE30A	3.533,00	2.650,00
AE30B	3.592,00	2.694,00
AE30C	3.651,00	2.739,00
AE30D	3.712,00	2.784,00
AE350	3.774,00	2.831,00
AE35A	3.836,00	2.877,00
AE35B	3.900,00	2.925,00
AE35C	3.964,00	2.973,00
AE35D	4.030,00	3.023,00

TABELA VÁLIDA ATÉ 31 DE AGOSTO DE 1986.



ANEXO II

(Lei nº , de de de 198)

TABELA SALARIAL
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

N Í V E L	S A L Á R I O (Cz\$)	
	8 horas	6 horas
AH020	1.746,00	1.310,00
AH02A	1.780,00	1.335,00
AH02B	1.815,00	1.362,00
AH02C	1.850,00	1.388,00
AH02D	1.886,00	1.415,00
AH070	1.923,00	1.443,00
AH07A	1.961,00	1.471,00
AH07B	2.000,00	1.500,00
AH07C	2.039,00	1.530,00
AH07D	2.079,00	1.560,00
AH120	2.119,00	1.590,00
AH12A	2.161,00	1.621,00
AH12B	2.203,00	1.653,00
AH12C	2.247,00	1.686,00
AH12D	2.291,00	1.719,00
AH170	2.336,00	1.752,00
AH17A	2.381,00	1.786,00
AH17B	2.428,00	1.821,00
AH17C	2.476,00	1.857,00
AH17D	2.524,00	1.893,00
AH180	2.574,00	1.931,00

TABELA VÁLIDA ATÉ 31 DE AGOSTO DE 1986.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA



PROJETO DE LEI Nº 8.291-B, DE 1986

EMENDA DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI
Nº 8.291-A, de 1986, que "Autoriza a admissão ,
pela Caixa Econômica Federal, dos empregados da
Associação de Poupança e Empréstimo de Alagoas-
APEAL, Associação de Poupança e Empréstimo do Rio
Grande do Norte- APERN e Caixa Forte- APE, do
Piauí, e transformadas em Sociedade de Crédito I
mobiliário pelo Banco Central, e dá outras provid
ências".

Relator:

R E L A T Ó R I O

Indo a plenário, este projeto de lei recebeu eme
da que manda suprimir os termos de seu art. 2º, assim redigido:

" Art. 2º Para atender às admissões a
que se refere o artigo anterior, a Caixa Econômica
Federal constituirá o Quadro de Pessoal Suplemen-
tar Especial, devidamente estruturado em cargos,
carreiras e respectivos níveis salariais, de acord
do com os anexos I e II desta lei".



VOTO DO RELATOR

A proposição de plenário não ofende qualquer dispositivo constitucional sendo certo que o poder de emenda é inrente ao de iniciativa, previsto no art. 56 da Carta Magna. A técnica legislativa utilizada não merece reparos.

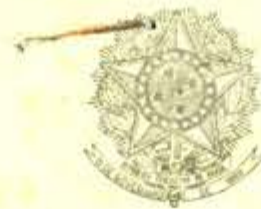
DIANTE DO ACIMA EXPOSTO, voto pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa da Emenda oferecida em plenário ao Projeto de Lei nº 8.291-A, de 1986.

Sala das Sessões, em

04/12/86

Relator

URGENTE



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CÂMARA DOS DEPUTADOS



ASSUNTO:

PROTOCOLO N.º _____

EMENDA DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI Nº 8.291-A, de 1986, que "Autoriza a admissão, pela Caixa Econômica Federal, dos empregados da Associação de Poupança e Empréstimo de Alagoas - APEAL, Associação de Poupança e Empréstimo do Rio Grande do Norte - APERN e Caixa Forte - APE, do Piauí, e transformadas em Sociedade de Crédito Imobiliário pelo Banco Central, e da outras providências".

DESPACHO: JUSTIÇA - TRABALHO - FINANÇAS

À COM. DE CONST. E JUSTIÇA em 03 de DEZEMBRO de 19 86

DISTRIBUIÇÃO

Ao Sr. Deputado, em 19 ____
O Presidente da Comissão de Justiça
Ao Sr. _____, em 19 ____
O Presidente da Comissão de _____
Ao Sr. _____, em 19 ____
O Presidente da Comissão de _____
Ao Sr. _____, em 19 ____
O Presidente da Comissão de _____
Ao Sr. _____, em 19 ____
O Presidente da Comissão de _____
Ao Sr. _____, em 19 ____
O Presidente da Comissão de _____
Ao Sr. _____, em 19 ____
O Presidente da Comissão de _____
Ao Sr. _____, em 19 ____
O Presidente da Comissão de _____

PROJETO N.º 8.291-B DE 1986

SINOPSE

Projeto n.º _____ de _____ de _____ de 19 _____

Ementa: _____

Autor: _____

Discussão única _____

Discussão inicial _____

Discussão final _____

Redação final _____

Remessa ao Senado _____

Emendas do Senado aprovadas em _____ de _____ de 19 _____

Sancionado em _____ de _____ de 19 _____

Promulgado em _____ de _____ de 19 _____

Vetado em _____ de _____ de 19 _____

Publicado no "Diário Oficial" de _____ de _____ de 19 _____



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CÂMARA DOS DEPUTADOS



ASSUNTO:

PROTOCOLO N.º _____

EMENDA OFERECIDA EM PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI Nº 8.291-A, de 1986, que "Autoriza a admissão, pela Caixa Econômica Federal, dos Empregados da Associação de Poupança e Empréstimo de Alagoas - APEAL, Associação de Poupança e Empréstimo do Rio Grande do Norte - APERN e Caixa Forte - APE, do Piauí, e transformadas em Sociedades de Crédito Imobiliário pelo Banco Central, e da outras providencias".

DESPACHO: JUSTIÇA = TRABALHO = FINANÇAS

À COMISSÃO DE TRABALHO em 03 de DEZEMBRO de 19 86

DISTRIBUIÇÃO

Ao Sr. Deputado FRANCISCO AMARAL (ARCANJO), em 3/12/1986
O Presidente da Comissão de Trabalho
Ao Sr. _____, em _____ 19____
O Presidente da Comissão de _____
Ao Sr. _____, em _____ 19____
O Presidente da Comissão de _____
Ao Sr. _____, em _____ 19____
O Presidente da Comissão de _____
Ao Sr. _____, em _____ 19____
O Presidente da Comissão de _____
Ao Sr. _____, em _____ 19____
O Presidente da Comissão de _____
Ao Sr. _____, em _____ 19____
O Presidente da Comissão de _____
Ao Sr. _____, em _____ 19____
O Presidente da Comissão de _____

PROJETO Nº 8.291-B DE 1986

URGENTE

SINOPSE

Projeto n.º _____ de _____ de _____ de 19 _____

Ementa: _____

Autor: _____

Discussão única _____

Discussão inicial _____

Discussão final _____

Redação final _____

Remessa ao Senado _____

Emendas do Senado aprovadas em _____ de _____ de 19 _____

Sancionado em _____ de _____ de 19 _____

Promulgado em _____ de _____ de 19 _____

Vetado em _____ de _____ de 19 _____

Publicado no "Diário Oficial" de _____ de _____ de 19 _____

This image shows a single sheet of white paper with horizontal blue ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There is a small, dark mark near the top center of the page, possibly a staple or a piece of tape. The paper appears to be part of a notebook or a binder.

DOCUMENTOS ANEXADOS: _____
